



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE JANEIRO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcelos](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Hugo](#)

[Soares](#) (PSD), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 18 minutos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, peço que tomem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 4 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as galerias ao público.

Damos as boas-vindas ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo. A ordem do dia de hoje consiste no debate com o Sr. Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do art.º 224.º-A do Regimento.

Está ainda algum ruído na Sala. Pedia aos Srs. Deputados que se sentassem.

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos então dar início à ordem do dia. Para colocar perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, peço desculpa, mas está imenso ruído na Sala. Os Srs. Deputados têm de baixar o tom das conversas laterais porque não se consegue ouvir nada a não ser o ruído de fundo.

Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quis o destino que este primeiro debate quinzenal a seguir às eleições presidenciais fosse um debate onde vamos ter uma segunda volta dessas eleições. E, Sr. Primeiro-Ministro, não posso deixar de falar no resultado das eleições presidenciais do passado domingo.

Passaram à segunda volta do próximo dia 8 de fevereiro, onde será escolhido o futuro Presidente da República Portuguesa, um candidato socialista, António José Seguro, e um candidato que combate o socialismo, André Ventura.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, a escolha dos portugueses será fácil — será escolher entre quem quer o socialismo ou quem não quer o socialismo.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Nós temos — e eu digo nós, de direita... — uma oportunidade única de derrotar o socialismo em Portugal. Ambos sabemos, e falámos nisso muita vez, como o socialismo deixou o nosso País: deixou o caos na saúde, abriu as portas à imigração descontrolada,...

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... impostos e mais impostos para os portugueses, insegurança nas nossas ruas e desigualdade social.

Não podemos andar a criticar os socialistas e agora dar-lhes a mão para ser um socialista Presidente da República em Portugal.

Aplausos do CH.

Esta é uma oportunidade histórica. Ou então o Sr. Primeiro-Ministro andou a enganar os portugueses. É que a 11 de maio de 2023, por exemplo, o Sr. Primeiro-Ministro disse: «admito fazer desaparecer o socialismo». E dois dias depois, Montenegro considera que «maior problema na política portuguesa é mesmo o socialismo».

Ó Sr. Primeiro-Ministro, estamos de acordo! E agora? E agora, o que é que vamos fazer no próximo dia 8 de fevereiro?

O Sr. Primeiro-Ministro é presidente do PSD, que é o maior partido português,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... por enquanto. Este é o momento de se definir. Não podemos ficar em cima do muro. E a pergunta é fácil: vai estar ao lado do socialismo ou ao lado de quem combate o socialismo?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, é verdade, realizamos este debate poucos dias depois da realização da primeira volta das eleições presidenciais, mas já muitos meses depois da realização da segunda volta das eleições legislativas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tivemos uma primeira volta das eleições legislativas em 2024. A AD (Aliança Democrática), a coligação do PSD com o CDS-PP, venceu essas eleições.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Começámos a governar, colocámos a governação nos eixos,...

Protestos do CH.

... valorizámos a vida das pessoas, mas o Chega e o Partido Socialista coligaram-se em consórcio,...

Risos do CH.

... derrubaram o Governo e quiseram uma segunda volta das eleições legislativas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

E 2025 foi a altura em que se disputou essa segunda volta das eleições legislativas. Qual foi o resultado? Foi o reforço da posição política da AD e,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Do Chega, já agora!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Do Chega também!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... portanto, das condições de governabilidade do País.

Protestos do CH.

Não confundimos, portanto, as duas voltas das eleições legislativas com as duas voltas das eleições presidenciais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não obstante, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Pinto, que, em todo o caso, acaba por haver também alguma semelhança no resultado das eleições presidenciais com as eleições legislativas — não total, é verdade —, e a semelhança está muito plasmada naquilo que está aqui à minha frente. O que é que está aqui à minha frente? Estão três grandes espaços políticos: um maior — é verdade! — e dois médios; um grande e dois médios.

Protestos do CH.

O primeiro médio é este espaço político que está aqui à minha direita. Este espaço político teve uma representatividade nas eleições legislativas de 2025...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quanto é que teve o Marques Mendes?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e uma representatividade agora, na primeira volta das eleições presidenciais, mais ou menos equivalente. Eu dou isso de barato.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E o Marques Mendes?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Depois, há um outro espaço político, que está aqui à minha esquerda, e que teve uma representatividade também mais ou menos equivalente nas eleições presidenciais de 2026, face àquilo que teve nas eleições legislativas de 2025.

E depois está aqui um terceiro grande espaço político à minha frente, este espaço central, que também teve, *grosso modo*, a mesma representatividade nas eleições presidenciais e nas eleições legislativas.

Risos do CH e da IL.

Com uma diferença: é que nestes dois espaços políticos médios, os votos estiveram concentrados num candidato, em cada um dos espaços políticos. No espaço político central, onde estão representados os partidos do Governo, a votação esteve dispersa por vários candidatos e, portanto,...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

... o resultado foi que, como o Sr. Deputado lembrou, os candidatos que passaram à segunda volta são os candidatos que representam — no espaço político que está representado nesta Câmara —, precisamente, o espaço da direita e o espaço da esquerda.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

O que é que cabe ao Governo fazer? Ao Governo, e ao Primeiro-Ministro, cabe respeitar a pronúncia e a decisão soberana do povo português.

O que é que cabe aos partidos, e ao principal partido da coligação do Governo e do espaço político central, que é maioritário nesta Câmara? Cabe também acatar e, de alguma maneira, conviver com as consequências de não ter evitado a dispersão de votos no seu espaço político.

Sr. Deputado, temos todos de assumir as nossas responsabilidades, e nós assumimos as nossas. Não estou aqui como Presidente do PSD, mas não tenho nenhum problema em assumir as responsabilidades inerentes a essa função em toda a sua expressão.

Mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe: aquilo que os portugueses quiseram nas eleições presidenciais, fruto dos candidatos que foram apresentados a sufrágio, foi escolher os dois candidatos que estão hoje a disputar a segunda volta.

Aquilo que os portugueses também quiseram foi que a AD — o PSD e o CDS-PP — governasse o País. E é isso que estou aqui a fazer, a responder pela governação do País, a responder pelas políticas do Governo, a responder pela melhoria das condições de vida dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vou-lhe recordar, porque certamente tem a memória curta, que não foram o PS e o Chega que demitiram este Governo. Foi o senhor, que sabia que não tinha a confiança desta Assembleia da República e que apresentou uma moção de confiança.

Aplausos do CH.

É que, no que trata aos Orçamentos de Estado — viu-se isso em 2024 e em 2025 —, tem ali o seu parceiro preferencial, que é o Partido Socialista.

Vozes do CH: — Ora!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro falou em consórcio, mas o único consórcio que este grupo parlamentar tem, que este partido tem, não é com o PS, é com o povo português — esse é o consórcio que nós defendemos e que defendemos sempre.

Aplausos do CH.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, sei que estamos aqui num debate com o Governo, um debate importante, sobre a governação do País, mas sabemos que, depois, também é preciso fazer pontes com o futuro Presidente da República, e o Sr. Primeiro-Ministro também sabe isso.

Deixe-me dizer-lhe que não basta afirmarmos que somos o Ronaldo e depois jogarmos à defesa, que foi o que o Sr. Primeiro-Ministro fez. O senhor jogou à defesa, não respondeu ao que lhe perguntei. Fiz-lhe uma pergunta muito concreta, que é a seguinte: Sr. Primeiro-Ministro, prefere apoiar um candidato com quem tem feito pontes — e recorde, temos feito pontes, como na baixa de impostos, como na lei da nacionalidade, como no combate à imigração ilegal, temos feito essas pontes — ou prefere apoiar um candidato que é apoiado pelo PCP, pelo Bloco de Esquerda e pelo Livre?

A pergunta é tão fácil, ó Sr. Primeiro-Ministro: apoia André Ventura ou apoia António José Seguro? Apoia o socialismo, ou combate o socialismo?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, a única coisa que posso acrescentar àquilo que já disse é que, em matéria de pontes, só no último Orçamento do Estado, o Chega fez 82 pontes com o Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tenho a recordar que nós, para melhorar a vida dos portugueses, faremos pontes até com o Diabo. Até com o Diabo nós faremos pontes para melhorar a vida dos portugueses!

Vozes do PSD e da IL: — Ah...!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Essa é que é a diferença, essa é que é a nossa grande diferença!

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, fugindo um pouco às eleições...

Protestos do PSD.

Sei que é desagradável...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois é! É desagradável!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — As pontes com o Diabo!

Vozes do Governo: — Quem vende a alma ao Diabo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... o PSD ouvir isto desta maneira, sei que é desagradável. Também tiveram 11 %!

Sr. Primeiro-Ministro, queria falar-lhe dos nossos emigrantes. Queria falar...

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, há condições para continuar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se o Sr. Presidente acha que há condições, vou continuar.

Sr. Primeiro-Ministro, queria falar-lhe do voto dos nossos emigrantes. Foram milhares de emigrantes portugueses que foram impedidos de votar no passado domingo. E foram impedidos por situações como estas que vou relatar. Para já, vou também dizer-lhe que o Chega recebeu mais de 5000 denúncias de emigrantes que não puderam votar. Uns porque os consulados estavam fechados, outros porque tinham de fazer centenas...

Não se ria, Sr. Deputado, não se ria, até fica mal estar-se a rir dos nossos emigrantes, que o PS e o PSD mandaram embora do nosso País. Não se ria, Sr. Deputado, não se ria!

Aplausos do CH.

Vozes do PS: — Quem é que se está a rir?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vou dar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, exemplos concretos: um emigrante português que vive em Edimburgo, na Escócia, teve de fazer 800 km para ir votar a Manchester; há 1500 emigrantes que estão na Islândia e tiveram de ir votar a Oslo, à Noruega. Estamos a brincar?

Quatro consulados abertos em Espanha?! Vigo, Madrid, Sevilha e Barcelona? Um português que estivesse em Badajoz tinha de ir votar a Sevilha. Um português que estivesse em Salamanca tem de ir votar a Madrid. Isto é brincar com os portugueses. É brincar com quem expulsámos do nosso País, com quem foi à procura por uma vida melhor, e continuamos a brincar com eles!

Aplausos do CH.

Em França, centenas de portugueses tiveram de fazer milhares de quilómetros para ir votar ou a Paris ou a Lyon; um português que esteja na Martinica ou na Ilha da Reunião tem de apanhar um avião para ir votar.

Os militares portugueses — isto ainda me parece mais grave — que estão em missão numa ilha grega, em representação do Estado português, contactaram a embaixada portuguesa na Grécia e a embaixada não lhes permitiu votarem. Isto é dizer que não têm o direito ao voto. Isto é dizer que são portugueses de segunda e não podemos ter os nossos emigrantes ou quem está a defender a nossa Pátria como portugueses de segunda!

Aplausos do CH.

O Governo a negar esse direito ao voto. Quem tem morada fiscal no estrangeiro — imagine-se! — tem de mostrar intenção de votar. A pergunta que se faz agora aos portugueses que estão no estrangeiro é: «Olhe, quer votar ou não quer votar?». Isto cabe na cabeça de alguém, Sr. Primeiro-Ministro?

A pergunta que faço é: no próximo dia 8, vamos ter outro ato eleitoral; vamos resolver algumas destas questões ou vai continuar tudo na mesma?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, a matéria que suscita é da maior importância.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro! Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estou aqui na condição de Primeiro-Ministro, mas, como sabe, estive 16 anos sentado naquela bancada, do PSD, e estive associado a muitos processos legislativos de valorização da participação política e, em particular, de valorização da participação política dos emigrantes. Conheço muito bem esse assunto.

O PSD, de resto, foi o motor precisamente do incremento dos instrumentos e da consagração legal da participação dos emigrantes, nomeadamente em sede de eleições presidenciais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É! Tal e qual!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E temos sido também os percussores de iniciativas legislativas que visam agilizar o procedimento de participação dos emigrantes, de tal maneira que chegámos, já várias vezes, a propor a introdução do voto eletrónico,...

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Ui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... de forma experimental, para poder precisamente incrementar a participação dos votos dos emigrantes.

Portanto, aquilo que posso dizer-lhe, Sr. Deputado, é o seguinte: hoje, três ou quatro dias depois de termos assistido, ainda assim, a uma multiplicação assinalável da participação dos emigrantes em eleições presidenciais, quase o triplo face àquilo que tinha sucedido em eleições anteriores,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E o PSD desceu!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é legítimo dizer que ainda não é satisfatório não só o grau de participação como a dificuldade que as pessoas têm em participar.

Portanto, só posso associar o Governo à convocatória, que depreendo das suas palavras, para que o Parlamento possa levar por diante um processo de reflexão e decisão...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... dos instrumentos legais que possam consagrar um regime que possa possibilitar, de resto, esse incremento de participação.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É a Assembleia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quero, contudo, dizer que, naquilo que compete ao Governo, foi feito o esforço máximo, do ponto de vista dos recursos consulares, dos recursos da Administração Pública, para que fosse viabilizado e facilitado o voto dos nossos emigrantes.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro diz que não é satisfatório. O Sr. Primeiro-Ministro, «não é satisfatório», não; foi mesmo muito má a maneira como os nossos emigrantes foram tratados.

E vou dar-lhe mais exemplos. Houve consulados e embaixadas onde os emigrantes queriam saber como é que votavam, ligaram dezenas de vezes, durante aquela semana, e não lhes atendiam o telefone. E sabe porque é que não lhes atendiam o telefone?

Vozes do CH: — Porque não está lá ninguém!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque não são competentes, porque não está lá ninguém a trabalhar. Ou seja, estão a receber o dinheiro na mesma e não está lá ninguém a trabalhar.

E vou dar-lhe outro exemplo... Não abanem a cabeça, porque sabem que é verdade. O Sr. Ministro Leitão Amaro sabe que é verdade o que eu estou a dizer e o Sr. Secretário de Estado também sabe, porque também contacta muito com os emigrantes e também sabe que recebe estas queixas dos emigrantes. Não somos só nós que recebemos as queixas dos emigrantes!

Aliás, eles falam mais connosco. Eu percebo porque é que os emigrantes falam mais connosco: é porque foram vocês os culpados de eles se irem embora do nosso País.

Aplausos do CH.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que lhe peço é que fique o compromisso de trabalharmos, em conjunto, numa proposta para mudar este voto dos emigrantes, ou seja, para que os emigrantes tenham acesso ao voto, como todos os portugueses têm, e que não sejam tratados, mais uma vez, como portugueses de segunda ou de terceira.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, vou falar-lhe também de saúde. Nós continuamos com problemas na saúde e fico abismado com algumas declarações que ouvimos nas últimas semanas, inclusive as suas.

O Sr. Primeiro-Ministro diz uma coisa muito simples: «Não há caos. Não há caos na saúde, são perceções.»

É o mesmo Primeiro-Ministro que, em 2023, dizia, quando António Costa era Primeiro-Ministro, que havia um caos na saúde.

E vou explicar-lhe porque é que havia um caos na saúde.

Havia um milhão e meio de portugueses sem médico de família. Hoje, um milhão e meio de portugueses não têm médico de família.

Havia, nas urgências, um caos com dezenas de horas de espera para serem atendidos. Hoje, continuamos igual.

As consultas de oncologia estavam em atraso meses e meses. Hoje, continuamos igual.

Ou seja, o caos que havia em 2022 e 2023 continua a haver em 2026, mas agora, como o Governo é do PSD, é um Governo assim mais chique, nós não podemos dizer que existe um caos na saúde.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, existe um caos na saúde!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Isso é uma mentira!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Basta ir a uma emergência de um hospital. Repito: basta ir a uma emergência de um hospital.

Estão doentes — se o Sr. Primeiro-Ministro não sabe, eu convido-o para ir connosco a uma emergência de um hospital — em macas nas garagens. Sr. Primeiro-Ministro, nas garagens! E isto eu já vi com os meus olhos.

Acha que isto é que é dar decência ao povo português? Acha que isto é que é resolver o problema da saúde em Portugal?

Não basta dizer que vai haver medidas e mais medidas. Tem de haver um compromisso do Governo e dizer assim: «Nós vamos resolver isto em x tempo.» Mas tem de ser resolvido em x tempo, não é em 60 dias e depois não fazem nada, não é em 120 dias e depois nada é feito.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Ou seja, qual é o compromisso do seu Governo para resolver o caos que existe hoje, atualmente, na saúde em Portugal?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, de facto, o nosso Serviço Nacional de Saúde não vive uma situação de caos.

O nosso Serviço Nacional de Saúde vive situações de dificuldade, situações de constrangimento, mas funciona hoje melhor do que funcionava há um ano, e há um ano já funcionava melhor do que funcionava há dois anos.

O nosso Serviço Nacional de Saúde atende, por dia, cerca de 170 000 utentes. O nosso Serviço Nacional de Saúde presta consultas de cuidados de saúde primários, por dia, a 95 000 portugueses. Presta 39 000 consultas hospitalares por dia. Atende — não é em serviços de emergência, é em serviços de urgência — 12 000 portugueses por dia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Presta mais de 2000 cirurgias diárias, e, só em oncologia, são cerca de 220 por dia.

Para além disto, para além deste atendimento, que é presencial, presta ainda serviços à distância, nomeadamente através do SNS 24 (Serviço Nacional de Saúde 24), que são cerca de 16 000 atendimentos por dia,...

Protestos do Deputado do CH Eliseu Neves.

... do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), que são cerca de 5000 atendimentos por dia, ou de outras linhas que estão em funcionamento.

Sr. Deputado Pedro Pinto, o que estamos a fazer é a mobilizar todos os meios humanos, todos os equipamentos, para poder, com melhor gestão, chegar mais depressa e a mais portugueses, com toda a nossa disponibilidade.

Há uma grande desproporção entre as ondas noticiosas que se criam sobre acontecimentos que são maus — que podem ser efetivamente falhas do sistema — e o funcionamento diário, quotidiano, que presta um serviço inestimável a muitas centenas de milhares de portugueses. É isso que tenho dito e é isso que vou continuar a dizer, em respeito por todos aqueles que trabalham no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ainda bem que reconhece que existe um grande problema na saúde, que nós apelidamos de caos e que o senhor, em 2022 e 2023, também apelidava de caos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está melhor!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora, a única diferença é que não quer que haja um caos, para não haver umas ondas noticiosas.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, as ondas noticiosas existem porque existe realmente um caos...

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Não é caos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... no SNS (Serviço Nacional de Saúde) e o Sr. Primeiro-Ministro devia reconhecer isso.

Aplausos de Deputados do CH.

Aliás, recordo que já José Luís Carneiro dizia que não havia um caos na imigração nem havia política de portas abertas. O senhor, quando chegou ao Governo, percebeu que havia também o caos na imigração em Portugal.

Sr. Primeiro-Ministro, não se comprometeu, mas gostava de que se compromettesse — e mesmo neste tempo final que me resta — em dizer quanto tempo é que espera para resolver o problema que está no SNS, o caos que existe na saúde em Portugal, neste momento.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, vamos continuar a resolver, todos os dias, o máximo de problemas, mas tenho a certeza absoluta de que nunca vão estar todos resolvidos.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Portanto, vamos continuar, todos os dias, a gerir, da forma mais eficiente, o sistema, colocando todos os seus meios disponíveis e agilizando a sua gestão.

Deixe-me dizer-lhe, já agora, Sr. Deputado, que, a propósito dos médicos de família, conseguimos dar médicos de família a mais de 383 000 portugueses. O que aconteceu foi que ingressaram 379 000 no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Antes de passarmos ao Deputado seguinte, que julgo que será o Sr. Deputado Hugo Soares, queria informar a Câmara de que se encontram a assistir a esta sessão plenária, presentes nas galerias: um grupo de alunos e professores da Escola Profissional CIOR, de Vila Nova de Famalicão; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária da Amora; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Jorge Peixinho, do Montijo; um grupo de alunos e professores da Escola Básica 2,3 Prof. Mendes Ferrão, de Coja, que vêm acompanhados pelo Presidente da Junta de Freguesia; um grupo de alunos e professores do Colégio Vasco da Gama, em Sintra; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Alfredo da Silva, no Barreiro, e um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Rainha D. Amélia, de Lisboa.

Peço à Câmara que saúde os nossos assistentes.

Aplausos gerais.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Tem a palavra, para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Pedro Pinto, creio que hoje não me levará a mal que lhe diga que foram mesmo um conjunto de tiros, mas todos ao lado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, sim! Tiro ao lado foi o Marques Mendes!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... talvez ainda inebriado pela campanha eleitoral ou até pelo resultado do candidato que apoiou.

Protestos do CH.

Porém, queria dizer ao Sr. Deputado Pedro Pinto duas coisas.

A primeira é sobre as questões que aqui trouxe, sobre a nossa diáspora e a participação eleitoral, designadamente em eleições presidenciais.

Creio que o Sr. Deputado Pedro Pinto deveria saber que a matéria de lei eleitoral é competência e reserva absoluta deste Parlamento.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — De quem é a competência dos consulados?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E devo dizer-lhe que, enquanto o Grupo Parlamentar do PSD, nas últimas duas legislaturas, apresentou projetos para o voto por correspondência, para o projeto-piloto para o voto eletrónico, os Srs. Deputados do Chega sabem quantos projetos apresentaram? Vou dizer-lhe: zero. É essa a matéria que o senhor deve responder aos Srs. Portugueses que estão na diáspora. Zero!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! Falso! É mentiroso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe porquê, Sr. Deputado? O Sr. Deputado acha que compete ao Governo resolver os problemas todos e demite-se das vossas responsabilidades, aqui no Parlamento.

O Sr. Deputado quis falar de eleições presidenciais e confesso-lhe que não contava que esse tema fosse tema do debate quinzenal.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Claro!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É normal!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pensei que o debate quinzenal fosse para escrutinar o trabalho do Governo. Também lhe digo, Sr. Primeiro-Ministro, que percebo a dificuldade, durante estas semanas, que o partido Chega terá em ajustar-se nesta matéria, mas achei curioso e queria comentar.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala dos 11 %!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Veio aqui o Chega pedir, no fundo, ao Presidente do PSD, aqui na pele do Primeiro-Ministro: «Sr. Presidente do PSD, diga lá, ou apoie lá a candidatura do Deputado André Ventura a Presidente da República.»

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala dos 11 %!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — No fundo, foi isso que o Chega aqui quis fazer. Vou citar André Ventura, candidato a Presidente da República.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala dos 11 %!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ventura diz o seguinte:...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Ventura acusa Montenegro de querer ser o salva-bóias de Marques Mendes: «Eu não sei se é bom para Luís Marques Mendes que Montenegro venha em seu auxílio».

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Ventura, sobre a participação de Montenegro na campanha eleitoral: «Não devia ter entrado na campanha eleitoral, mostra que está com medo.»

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E está!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E por último, Ventura sobre a participação de Montenegro: «Eu quero que se lixe Montenegro.»

Aplausos de Deputados do PSD.

Foi isto que André Ventura disse ao País sobre o Primeiro-Ministro e agora vem aqui o Deputado Pedro Pinto pedir ao Primeiro-Ministro para apoiar a candidatura do Deputado André Ventura?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ó, Sr. Deputado, ou o Sr. Deputado não teve ocasião de consertar a posição com o seu líder, o que eu acho estranho, ou então o Sr. Deputado veio aqui fazer um *flic-flac* à retaguarda, já não há medo de que Montenegro entre na campanha e até dava muito jeito...

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

... que o Primeiro-Ministro apoiasse o vosso candidato. Entenda-se com o seu candidato e volte ao próximo debate.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Quanto é que vocês tiveram?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos àquilo que verdadeiramente importa, e aquilo que verdadeiramente importa é a vida das portuguesas e dos portugueses.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quanto é que teve Marques Mendes?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E hoje, que temos, de resto, como tem sido hábito, as galerias com muitos jovens a assistir, queria, Sr. Primeiro-Ministro, partilhar com a Câmara e com o País algo que foi público — porque não cometo aquelas inconfidências de trazer o Sr. João do quiosque, que não existe, ou um relato qualquer que não sabemos se existiu.

É uma carta aberta ao Governo de Portugal, que se dirige, com especial atenção, ao Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É o testamento do Marques Mendes!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Começa assim: «Hoje fiz a escritura da minha primeira casa. Digo isto sem peito cheio, nem fotografia triunfante. Digo-o porque, no meio de tanto ruído, apetece-me parar e dizer algo simples, honesto e cada vez mais raro — obrigada.

Tenho 33 anos, uma filha de 4 anos e outra a chegar dentro de semanas. Nunca sonhei comprar casa, nunca fez parte do meu plano de vida, talvez porque cresci a ouvir que isso não era para todos, que o clube dos proprietários era só para alguns, que antigamente é que era bom, que hoje já não dá.

A vida, no entanto, não pede autorização para mudar os nossos planos. Comprar casa entrou devagarinho na minha vida. Sem romantismo nenhum, entrou com folhas de *Excel*, com simulações, visitas que não davam em nada, e frases como “boa sorte para o processo”. Entrou com um ano inteiro de procura, propor, perder por preço, perder por documentos, perder por *timing*, um ano em que toda a gente tinha uma opinião formada sobre o mercado, sobre os bancos, sobre o Governo, sobre tudo.

No meio de tudo isso, houve algo que raramente se diz em voz alta: o Estado esteve presente.»

Protestos do CH.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Estado somos todos nós.

Prosseguindo: «Não fui só eu, não foi só o meu marido, não foi só o banco, foram decisões concretas. A garantia pública, a isenção de impostos, medidas que, no nosso caso, significaram tempo — cinco a sete anos de tempo ganho, tempo de vida, que não teve de ser suspenso para juntar dinheiro para a entrada e os impostos, tempo que não teve de ser roubado aos filhos, aos planos, à estabilidade.

Hoje recebi a chave da casa onde a minha segunda filha vai entrar pela primeira vez. A casa onde vai crescer desde o primeiro dia, a casa que não tem dias contados;...»

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — «... a casa onde não é preciso pedir autorização para pendurar a televisão na parede; a casa que demorou um ano a encontrar e que, por isso mesmo, vale ainda mais.»

Protestos do PS e do CH.

Continua esta cidadã jovem, dizendo: «Ao longo deste processo, desejaram-me sorte por muitas vezes, como se fosse um golpe de sorte, como se fosse um milagre. E não, não foi. Foi continuidade, foi não parar, foi acreditar mais no plano que tínhamos do que nas letras gordas dos jornais ou nas entrevistas editadas para gerar indignação rápida.»

Risos de Deputados do CH.

«E foi também um País que ajuda mais do que gosta de admitir.» Vou repetir: «Foi um País que ajuda mais do que gosta de admitir.»

O ano ainda agora começou e já tenho uma lista de avisos públicos — programas de eficiência energética, linhas de crédito verde, apoios à reabilitação urbana, mobilidade elétrica, isenção de IMI (imposto municipal sobre imóveis), uma lista tão longa que ainda não consegui chegar ao fim.»

Risos de Deputados do CH.

«Não é perfeita, não é simples, não resolve tudo, mas existe e faz a diferença. Não sou ingénua, nem particularmente romântica. O meu marido — o vosso pai que o diga — não acha que vivemos num mar de rosas. Vivemos num mar atlântico, exigente, instável e com correntes fortes. Mas é um mar onde ainda é possível andar, onde ainda é possível construir, onde ainda é possível acreditar.»

Risos de Deputados do L.

E termina, dizendo: «Escrevo esta carta porque me recuso a viver num país onde agradecer é visto como uma fraqueza, onde reconhecer o que funciona é confundido com cegueira, onde a crítica só pode destruir e raramente sabe propor.»

Burburinho na Sala.

«Escrevo como cidadã, como mãe, como jovem, como profissional, como alguém que votou nesse Governo e que voltaria a votar hoje. Não porque tudo esteja feito — porque não está, Sr. Primeiro-Ministro —, mas porque nem tudo está perdido e o caminho está a construir-se.»

Risos de Deputados do CH e da IL.

«Porque vi, na minha vida concreta, o impacto das decisões públicas bem tomadas. Um dia, quando as minhas filhas crescerem, quero que saibam isto: que é possível, que o País não é um inimigo, que quem governa são as pessoas, que erram como todos nós, mas que também constroem, que ajudam os pais delas mais do que uma vez.»

Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Burburinho na Sala.

«Hoje fiz a escritura de uma casa, mas fiz, sobretudo,...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Srs. Deputados, agora estão a exagerar um bocadinho. Baixem lá o tom.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, até agora, o Sr. Deputado Hugo Soares estava a conseguir fazer-se ouvir, mas deixou de conseguir fazer-se ouvir.

Srs. Deputados, vamos lá fazer silêncio, por favor. O Sr. Deputado Hugo Soares tem o direito de acabar a sua intervenção.

Burburinho na Sala.

O Sr. Deputado Hugo Soares tem direito, mas também tem paciência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mais do que imagina, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Se o Sr. Deputado preferir sentar-se, podemos esperar todos sentados.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Posso esperar em pé, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Acho que voltaram a estar reunidas condições. Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Continuando: «Hoje fiz a escritura de uma casa, mas, sobretudo, fiz o exercício de gratidão pública. E isso, nos dias que correm, talvez seja o ato mais revolucionário de todos».

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, enquanto eu quis ler o testemunho de uma cidadã que aproveitou uma política pública para poder mudar a sua vida, os Deputados, sobretudo do Chega, entretiveram-se a fazer comentários jocosos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e os seus apartes habituais, não percebendo o essencial daquilo que eu quis fazer.

O essencial das políticas públicas, Sr. Primeiro-Ministro, é mudar a vida das pessoas, é resolver os problemas concretos da vida de cada uma e de cada um dos portugueses.

Quando em Braga, Sr.^a Ministra da Saúde, pode haver — o que nunca aconteceu no passado — cirurgias cardiorácicas para salvar a vida de muitos portugueses, nós temos de lhe agradecer. Quando os tempos de espera nas urgências diminuem, ano após ano, nós temos de agradecer ao Governo.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ui, ui!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quando um jovem compra uma casa com as políticas públicas do Governo, nós temos de agradecer. Quando uma empresa aumenta os salários porque paga menos impostos, nós temos de agradecer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quando um português leva mais dinheiro no final do mês porque paga menos IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), nós temos de agradecer.

Sem esquecer, Sr. Primeiro-Ministro, que, quando aumentamos o complemento solidário para idosos para aqueles que têm pensões baixas e que com isso hoje têm mais uma ajuda de cada uma e de cada um de nós, nós temos de agradecer.

Mas não temos de agradecer ao Governo por estar a resolver o problema da vida das pessoas. Temos de agradecer ao Governo por estar a fazer a sua obrigação.

Há muito por fazer, mas era muito melhor que a oposição, neste Parlamento, percebesse que resolver o problema concreto da vida das pessoas é o que faz sentido na política, não é fazer aquilo que fizeram enquanto eu li o testemunho de uma cidadã que quis agradecer a cada uma e a cada um de nós por termos mudado a vida dela.

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, creio que devemos respeito à expressão de uma opinião,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E respeito à Assembleia da República, que é coisa que o Deputado Hugo Soares não tem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... de uma posição de uma cidadã que o Sr. Deputado Hugo Soares acabou de aqui trazer, concorde-se ou não se concorde com o conteúdo e com a avaliação que ela comporta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Passou a manhã a escrever aquilo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Da parte do Governo, o que podemos dizer, no essencial, é que a nossa ação visa transformar o País, visa tratar do que é de todos, visa reformar em nome de todos o País para podermos intervir e mudar a vida de cada um.

Nós olhamos para a globalidade do País, olhamos para a generalidade do nosso povo, para a complexidade dos problemas que enfrentamos, e tentamos, através das políticas públicas, mudar a capacidade, seja dos serviços públicos, seja da própria sociedade, criando soluções para os problemas que as pessoas sentem, para que depois, individualmente, cada uma e cada um possa precisamente usufruir do resultado da nossa ação.

Isso faz-se, como o Sr. Deputado mencionou, em múltiplas vertentes. No caso concreto que mencionou, desde o início entendemos que a habitação, além de ser um direito fundamental, é neste momento um dos maiores constrangimentos ao desenvolvimento económico do País.

É, como disse, um direito fundamental. É um direito que pressupõe a dignidade da pessoa, é um direito que pressupõe as condições mínimas exigíveis para a vida de um cidadão, para o exercício da cidadania, para a igualdade de oportunidades, mas é simultaneamente, pela dificuldade da acessibilidade, um constrangimento económico. Porquê? Porque, pela dificuldade no acesso à habitação, nós perdemos muitos recursos humanos onde eles são mais necessários. Perdemos, por exemplo, a capacidade de termos profissionais de saúde, de termos profissionais docentes, de termos profissionais dos serviços e forças de segurança nos sítios onde há mais carência desses profissionais para termos serviços públicos que possam ser mais eficientes e dar mais condições para que determinados territórios possam ser competitivos.

Através da falta de competitividade, temos menos oportunidades de emprego. Temos menos oportunidades em termos quantitativos e em termos qualitativos. Ora, tendo menos oportunidades em quantidade e em qualidade, é lógico e natural que as pessoas, nomeadamente os mais jovens, procurem essas oportunidades noutros sítios, noutras paragens. E, portanto, nós ficamos menos guarnecidos do capital humano que é tão importante para sermos desenvolvidos.

Tudo isto depois tem repercussões em cadeia que privam o País de ter a possibilidade de exponenciar todo o seu potencial e poder ter um desenvolvimento compatível com um ciclo mais duradouro, com um ciclo de maior intensidade na criação de riqueza que possa depois proporcionar maior atração e retenção do capital

humano e, através dele, poder dar mais oportunidades e poder também dar ao Estado maior capacidade para intervir socialmente, corrigindo as assimetrias e as desigualdades na sociedade.

Foi isso que tentámos fazer, e estamos a fazer, na área da habitação. Garantindo mais oferta pública para a aquisição de casas, garantindo mais oferta pública para o arrendamento, garantindo mais oferta do lado privado com medidas que possam incrementar os promotores a construir mais e, através de uma maior oferta no mercado, conseguir uma moderação nos preços.

Mas, no entanto, há problemas que são imediatos, porque estas transformações têm um efeito no mercado que não é imediato. Até porque construir uma casa, como sabem, demora muito tempo. Desde a ideia, ao projeto, ao licenciamento e à própria construção, há sempre um diferimento. O efeito das medidas que estamos a tomar precisa de dois e três anos para começar a fazer sentir-se de uma forma mais massiva.

É preciso, portanto, atuar também do lado da procura, ajudando aqueles que precisam. Por isso, temos de subsidiar os mais jovens, ou aqueles que têm menos recursos, no arrendamento e também temos de ajudar aqueles que têm mais necessidade para conseguirem adquirir a sua habitação, em particular, os mais jovens.

Foi a nossa opção. Decidimos a isenção do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e do imposto de selo na compra da primeira casa. Chegámos à conclusão de que não era suficiente e, portanto, acoplámos a esta medida, cujo impacto é já muito significativo, o complemento, com uma garantia pública, para cobrir a parte que nos empréstimos bancários não é assumida do ponto de vista do financiamento pelas entidades bancárias. Portanto, o Estado garante aquela parte que falta, para que haja 100 % nos empréstimos para a compra da habitação, e isto permitiu que cerca de 75 000 jovens ou jovens casais tivessem adquirido casa desde que tomámos esta decisão.

Dir-me-ão, como alguns dizem, «bom, mas os preços não diminuiram» e, porventura, até pode ter havido um contraefeito e, aqui ou acolá, o preço ter sido incrementado, mas esta opção em particular era uma opção do lado da procura. A questão era: estas pessoas têm ou não têm acesso a casa? Conseguem ou não conseguem comprar? — e o que essa jovem disse foi que «com estas ajudas conseguimos comprar».

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ela não tem de agradecer, nós é que temos de lhe agradecer a ela por confiar em Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nós é que temos de agradecer aos jovens portugueses por acreditarem em Portugal, e nós precisamos que eles acreditem em Portugal. Nós precisamos que eles acreditem, por eles, pelas famílias deles, pelos amigos deles, porque sabemos que os projetos de vida deles são mais preenchidos quando estão próximos das suas famílias, dos seus amigos, mas precisamos deles em Portugal para sermos mais fortes coletivamente. Nós precisamos deles em Portugal para sermos mais competitivos. Nós precisamos deles em Portugal para, no conjunto, sermos mais fortes e, sendo mais fortes no conjunto, podermos ser mais produtivos e pôr o resultado dessa produtividade ao encontro e na disponibilidade do projeto individual de cada um.

Por isso, Sr. Deputado Hugo Soares, não vou aqui explicar toda a dimensão do programa que estamos a executar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que é, de facto, de grande envergadura e de grande transformação, mas o Sr. Deputado mencionou as ajudas e o apoio que damos também nas medidas da transição energética, que hoje estão a ajudar muitas famílias a mudar equipamentos — o Programa E-Lar é, de resto, muito paradigmático do apoio que é dado à família concreta; a ajuda que damos, por exemplo, na compra de medicamentos.

Há muitas políticas sociais que visam precisamente cobrir as desigualdades e dar às famílias portuguesas, a todas, as mesmas oportunidades, mas é também com este espírito que tomamos medidas de transformação na nossa economia. É também com este espírito que queremos ter um mercado de trabalho mais dinâmico; queremos ter as pessoas a pagarem menos impostos sobre o rendimento do trabalho; queremos que as

empresas tenham uma parte da sua rentabilidade mais disponível, para pagarem mais salários e poderem investir mais; e é também por isso que estamos a conseguir criar custos de contexto, fatores de competitividade mais atrativos, para poder chamar investimento externo.

Ainda ontem estive em Sines, a assinar seis contratos de financiamento de investimentos estrangeiros que foram negociados, em 2025, pela AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal). O ano 2025 foi o ano recorde de captação de investimento por parte da AICEP, só comparável mesmo ao ano em que fechámos o contrato da Autoeuropa. Em valor, foi superior, mas se fizermos a atualização em termos monetários deve andar ela por ela, e estamos a falar de 3590 milhões de euros de contratos assinados em 2025. Estamos a falar de cadeias de valor que são distintas, que estão em vários setores da atividade económica; estamos a falar de robustecer o nosso tecido económico e de lhe dar condições, de médio e de longo prazo, para, em regime de complementaridade com outros setores, podermos, de facto, aqui localizar projetos de investimento que deem previsibilidade a todo o segmento de cada uma destas áreas, e que deem também aos recursos humanos as condições para se fixarem aqui, dado que veem precisamente na robustez destes projetos o desenho dos percursos dos projetos de vida que idealizam.

Foi também com este espírito, já agora, Sr. Deputado Hugo Soares, que hoje de manhã tive ocasião de subscrever um acordo geral de valorização da Administração Pública, que dá previsibilidade a toda a Administração Pública para toda a legislatura, de 2026 a 2029, e que se inscreve, de resto, numa política de diálogo social que nós, na Administração Pública, temos levado muito, muito longe. Já assinámos 37 acordos no âmbito da Administração Pública e já revisitámos 27 carreiras na Administração Pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E porque é que isto está ligado, Sr. Deputado? Isto está ligado porque uma Administração Pública competitiva, eficiente, ágil e dinâmica é também um fator de competitividade do País: serve melhor o cidadão; serve melhor as empresas; serve melhor as instituições; torna-nos mais fortes; torna a Administração mais ágil; o cidadão vê, mais rapidamente, o seu problema resolvido; o investidor vê, também mais rapidamente, o seu projeto a andar; e, com isso, temos maior capacidade de atrair e de fixar aqui grandes investimentos.

É também com esse espírito que amanhã, por exemplo, no Conselho de Ministros, vamos decidir coisas importantes no domínio da mobilidade. Vamos ter mais investimentos no domínio da mobilidade, para termos também transportes públicos competitivos, para termos ainda mais fatores de qualidade de vida, para que as pessoas se sintam bem, aquelas que já estão em Portugal e aquelas que porventura queiram vir para Portugal construir os seus projetos de vida.

Como disse, Sr. Deputado, essa é a obrigação do Governo — não é uma procura de agradecimento —, e nós estamos aqui, efetivamente, para isso. Nós estamos aqui, mesmo, só para isso. Estamos aqui concentrados e focados nisso.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Uma interpelação em relação a quê, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para distribuir documentos.

Nós ouvimos o Sr. Deputado Hugo Soares dizer que o Chega não tinha nenhuma proposta para o voto dos emigrantes,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Suponho...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... e, portanto, eu queria distribuir...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Só um minuto, Sr. Deputado. Suponho que seja sobre o andamento dos trabalhos...

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sobre o andamento dos trabalhos, para distribuir os dois projetos...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É que tem de ficar clara a natureza da intervenção! Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para distribuir os dois projetos do Chega: um, que recomenda ao Governo que firme os acordos necessários à instalação de mesas de voto na diáspora; e o segundo relativo ao reforço urgente da informação eleitoral dirigida aos cidadãos portugueses e adoção de medidas que garantam o direito efetivo ao voto em eleições presenciais.

Aplausos do CH.

Lições de moral do PSD e do Sr. Deputado Hugo Soares, esta bancada não...

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Assim que o Sr. Deputado os fizer chegar à Mesa, esses documentos serão distribuídos.

Continuação de protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Então, para interpelar o Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista.

Assim que houver condições para isso, faça favor Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, acabei de o ouvir agora com uma afirmação relativa ao investimento direto estrangeiro em Portugal. Não estava a contar que o fizesse, mas quero ter a certeza — esta Assembleia quer ter a certeza — do seguinte: não estará o Sr. Primeiro-Ministro a cometer o mesmo erro que cometeu, há dias, com as viaturas do INEM?

Pergunto-lhe: esse investimento, feito em Portugal, que anda na ordem dos 3,3 mil milhões de euros, não tem que ver, em cerca de 90 %, com o investimento da CALB (China Aviation Lithium Battery), assinado, em novembro de 2022, com o Governo do Partido Socialista?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, a origem das ideias remonta...

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, temos de dar condições para o Sr. Primeiro-Ministro responder.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Porque é que não disse?! Parou porquê?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A origem das ideias remonta, muitas vezes, a tempos imemoriais, Sr. Deputado.

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Remonta à democracia grega na antiguidade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, a verdade é que eu estive ontem, em Sines — e esteve também um representante da CALB, é verdade —, a assinar um projeto de investimento de 2060 milhões de euros, com um incentivo da AICEP de 350 milhões de euros. Foi ontem, não foi nem há um mês, nem há um ano, nem há dois anos, nem em 2022. Foi ontem, foi só ontem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ah, pois! E o que fizeram em dois anos?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, vamos criar condições para os trabalhos prosseguirem.

Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra para continuar as perguntas.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, tratarei de lhe enviar a documentação relativa a novembro de 2022.

Sr. Primeiro-Ministro, há algo a que não podemos ficar insensíveis e a que, perante os dados, não podemos ficar indiferentes. Os dados da agência que na Europa monitoriza o número de óbitos indicam que houve, em Portugal, mais de 20 % de óbitos do que o que era expectável. Há mesmo afirmações dessa organização de que Portugal foi o único país da União Europeia onde houve excesso de mortalidade.

Temos, naturalmente, de evitar a utilização político-partidária desse tema, e quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que não farei aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro fez aos Governos do PS, quando estava na oposição.

Aplausos do PS.

Mas quero, Sr. Primeiro-Ministro, fazer-lhe uma pergunta muito clara: o Sr. Primeiro-Ministro deu ou não instruções aos serviços do Ministério da Saúde para apurarem as causas deste número anormal de óbitos? Se não deu, porque é que não deu?

Temos o dever de saber se os idosos pereceram por falta de assistência médica, por falta de resposta da emergência hospitalar, por falta de resposta da emergência pré-hospitalar. Os portugueses têm o direito de saber, pelo seu Primeiro-Ministro, quais são as causas para este aumento exacerbado da mortalidade no nosso País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, nós não desconhecemos a circunstância de estarmos a viver uma epidemia de gripe e uma vaga de frio,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora é o frio!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — No verão é o calor!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... cujos efeitos tiveram como resultado, também, um número significativo de óbitos.

Não é exclusivo de Portugal. Há vários países na Europa que apresentam, em especial no segmento etário acima dos 75 anos, um registo muito equivalente. Estou a falar de Portugal, estou a falar de Espanha, estou a falar de França, estou a falar de Itália, estou a falar da Grécia, estou a falar da Suíça, estou a falar da Dinamarca.

Estamos, naturalmente, a fazer uma avaliação para termos um conhecimento mais aprofundado das razões que subjazem a esta facticidade. Temos já apurado que o contexto em que isto aconteceu identifica um registo homogéneo em todas as regiões do País — esse dado já conseguimos apurar.

Também já conseguimos apurar que, em todas as idades acima do segmento etário de 45-64 anos, houve um aumento, mas que esse aumento foi mais significativo no segmento acima de 75 anos.

Não é naturalmente expectável podermos ter já uma conclusão definitiva, mas o Sr. Deputado não vai ignorar que quer o Governo quer, seguramente, todas as forças políticas neste Parlamento estarão muito convergentes no sentido de se ter um respeito absoluto pelas causas que possam estar por trás deste registo — e, sinceramente, será um abuso poder considerar nesta ocasião que estejam relacionadas com falta de assistência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado José Luís Carneiro, para prosseguir com as perguntas, tem a palavra.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, aguardaremos pela avaliação e pelos seus resultados.

Há 15 dias, perante a tragédia da emergência pré-hospitalar, cujas causas também estão para ser determinadas, o Sr. Primeiro-Ministro veio a esta Assembleia anunciar a aquisição de 275 viaturas para a emergência médica. Vinte e quatro horas depois, viemos a saber que, afinal, se tratava da autorização de despesa dada pelo Governo do PS, em novembro de 2023.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está-se a lembrar das bancarrotas?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, há o dever de responder, perante esta Assembleia, a duas perguntas: primeiro, quais são as razões do atraso para essa aquisição? E, em segundo lugar, como é que teve o topete de trazer a esta Assembleia uma iniciativa como se fosse da sua responsabilidade, quando era da responsabilidade do Governo do Partido Socialista?

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de fazer-lhe uma outra pergunta, que se prende com o seguinte: contrariamente à palavra que tinha dado à Assembleia, na última reunião que aqui tivemos, de que não aumentaria os impostos — o Governo disse, pela boca do Sr. Primeiro-Ministro e também pela do líder parlamentar, não apenas três, mas mesmo seis vezes, que nunca, nunca, nunca, nunca, nunca, nunca iria aumentar os impostos —, tenho aqui, Sr. Primeiro-Ministro, as duas portarias que aumentaram os impostos sobre os combustíveis e que aumentaram os impostos sobre a habitação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E insiste!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — São duas portarias que tenho gosto que sejam distribuídas, Sr. Presidente, por todos os Deputados.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, com esta intervenção, faça-lhe também duas outras perguntas, para ter a oportunidade de se reconciliar com a verdade nesta Assembleia.

Sr. Primeiro-Ministro, até quando é que pretende continuar a aumentar a carga fiscal?

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está a diminuir!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Recordo, Sr. Primeiro-Ministro, que, se atendermos...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está a diminuir!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sei que custa ouvir!

Sr. Presidente, gostava de ter condições para a minha intervenção.

Pausa.

Sr. Primeiro-Ministro, se atendermos aos mesmíssimos critérios, vou repetir, se atendermos aos mesmos critérios que VV. Ex.^{as} utilizaram para criticar os Governos do PS, dizendo que aumentavam os impostos, então, chegaremos à conclusão de que, até novembro de 2025, o Governo aumentou a carga fiscal em 6,8 %.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, sejamos muito claros: entendo a explicação para a atualização do valor do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) e entendo também a explicação para o aumento, ou a atualização, do valor sobre o custo construtivo. Compreendemos isso. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que o senhor tem de assumir nesta Assembleia é a coragem para, quando tem de fazer essas atualizações, não as negar aqui, na nossa frente, e não as fazer nas nossas costas. Isso é coragem na vida política!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Primeiro-Ministro tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, tenho de confessar que esperava do Sr. Deputado um registo de maior seriedade. Tenho de confessá-lo.

Protestos de Deputados do PS.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte, ainda relativamente às ambulâncias do INEM: Sr. Deputado, há uma resolução do Conselho de Ministros, de novembro de 2023,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah! Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... cuja execução, quando chegámos ao Governo, em abril de 2024, era zero.

Protestos do PS.

Em maio de 2024, o INEM — o próprio INEM — pediu uma reprogramação financeira, precisamente suspendendo esse procedimento e formulando um pedido diferente.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Estamos em 2026! Passaram dois anos! É muito tempo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Com base nesse novo procedimento, o Governo anterior, que era presidido pelo mesmo Primeiro-Ministro que exerce essas funções agora, concretizou essa decisão numa nova resolução, em agosto de 2024.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Andaram entretidos com as ambulâncias! São as resoluções de Ano Novo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em outubro de 2024, o INEM tornou a atualizar um pedido junto do Governo, o processo andou em diálogo com a eSPap (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública), foi submetido em maio de 2025, o procedimento de aquisição foi lançado no dia 7 de julho de 2025 e o Conselho Diretivo da eSPap aprovou, em definitivo, a adjudicação no dia 7 de janeiro, na véspera do outro debate quinzenal em que aqui estive, e foi precisamente isso que eu anunciei.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pois!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado José Luís Carneiro, já na altura lhe tinha dito que, para podermos anunciar a compra na véspera, é porque tinha havido um procedimento prévio. O Sr. Deputado até me perguntou se era uma resposta àqueles eventos daqueles dias, e eu disse: «Não, nós estamos a trabalhar todos os dias e as decisões são naturalmente preparadas.»

Risos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Agora, Sr. Deputado, vamos ser confrontados com esta realidade muito mais vezes, porque ideias, Srs. Deputados, não faltaram aos Governos do Partido Socialista. Concretizações e realizações, essas ficaram aos montes, ficaram mesmo amontoadas em todos os gabinetes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Agora, se nesta matéria o Sr. Deputado quis tornear o assunto na questão dos impostos, creio sinceramente que o nível de seriedade política desceu mesmo muito baixo.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. Deputado não pode ignorar que não mexemos nas taxas dos impostos. Já lhe foi explicado não uma, não duas, mas variadíssimas vezes.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Seis vezes!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já lhe foi explicado, Sr. Deputado, que para haver uma alteração da taxa dos impostos, tinha de ser decidida...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aqui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... na Assembleia da República.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Seria de um amadorismo político completo da parte do Partido Socialista deixar passar isso em claro.

Há uma coisa que o Sr. Deputado tem de assumir. Em 2023, a carga fiscal e contributiva era de 35,2 %. Sabe quanto é que vai ser em 2026? De 34,7 %.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai ser, vai ser!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Em relação ao PIB (produto interno bruto)!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É mais baixa.

Em 2023, era 24,9 % a taxa de incidência fiscal dos impostos, não fiscal e contributiva, mas apenas dos impostos. Em 2026, será de 24,1 %.

Sr. Deputado, nem poderia deixar de ser. Já baixámos quatro vezes o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Já baixámos duas vezes o IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas). Sr. Deputado, acabámos de falar há pouco da isenção do IMT e do imposto do selo na compra da primeira habitação para os jovens até aos 35 anos.

Sr. Deputado, dois Orçamentos do Estado deste Governo e zero aumento de impostos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esta é a realidade. O Sr. Deputado pode dar as voltas que der, mas esta é a realidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra, para continuar a questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, até novembro de 2025, havia uma arrecadação de mais 4100 milhões de euros de impostos em relação ao ano anterior.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ainda bem! Chama-se economia!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, tratemos de questões de sensibilidade, de insensibilidade, de humanismo e de desumanidade. Quero dizer-lhe que, sobre a insensibilidade do Governo, tínhamos a marca dos incêndios do verão passado e da festa do Pontal. Sobre o critério para separar o que é justo do que é injusto, o que é humano do que é desumano, também tivemos declarações há poucos dias, mas deixarei isso para outros.

Há algo de que lhe quero falar, Sr. Primeiro-Ministro. Entre 2015 e 2024, o País fez um esforço enquanto comunidade nacional para reduzir as taxas de pobreza e desigualdade, e conseguimos fazê-lo. É evidente que ficámos entre os melhores a recuperar, no conjunto dos países da União Europeia, mas é um esforço conjunto, um esforço nacional que tem de nos mobilizar a todos. Foi por isso que vi com preocupação que o Governo quer transitar para o Instituto da Segurança Social a responsabilidade da agenda de combate à pobreza e às desigualdades. Chama-se a isso desgraduar politicamente a resposta e a prioridade.

Quero falar-lhe de um número que é, para nós, uma chaga social. Há 300 000 crianças, Sr. Primeiro-Ministro, a viver na pobreza.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois é!

Vozes do PSD e do CH: — Chama-se socialismo!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — São 300 000 crianças a quem é negado um futuro com dignidade. Destas 300 000 crianças, uma em cada cinco é de famílias que vivem do rendimento do seu trabalho — 76 % dessas famílias vivem do rendimento do seu trabalho!

A pergunta que quero fazer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, é a de saber qual é a sua medida política para manter este tema do combate à pobreza, às desigualdades e, particularmente, à pobreza infantil no centro da sua

prioridade política, e se está disponível para agarrar essas rédeas nas suas mãos para combater esta chaga social e criar oportunidades para essas crianças, a quem não podemos negar o futuro.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É combater o que vocês criaram! Deixaram as crianças na pobreza!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, só posso agradecer que tenha trazido esse tema ao debate.

Não tenho referido muito o número da diminuição do risco de pobreza precisamente por uma questão de respeito e de sensibilidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E vou dizer-lhe porquê: é que, de facto, os números de 2024 foram os melhores dos últimos 20 anos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Houve uma diminuição das pessoas que estão em risco de pobreza. Mas o número de pessoas que subsiste num estado de pobreza é de tal ordem que creio que isso não deve sequer ser enunciado como uma conquista.

A tendência é uma tendência positiva, é resultado das melhorias da situação económica e social do País, seguramente, e é também resultado de muitas das decisões de solidariedade deste Governo. Não há dúvida, Sr. Deputado.

Aquilo que se operou no âmbito do complemento solidário para idosos ajuda; as políticas de apoio às famílias e às crianças que estão em risco de pobreza ajudam a esse resultado. Nós sabemos que o número de cerca de 1 milhão e 700 mil portugueses é o número depois das prestações sociais, porque, sem as prestações sociais, é mais do dobro o número de portugueses que está em risco de pobreza.

Sr. Deputado, não acreditamos que uma estrutura de missão seja suficiente. É mesmo o Instituto da Segurança Social que deve assumir essa responsabilidade direta, através da tutela da Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Os efeitos estão a ser positivos, ainda que tenhamos o respeito por todos aqueles que estão nessa situação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que ainda há dias reuni com a Rede Europeia Anti-Pobreza e com todos os seus representantes de todos os distritos e também das regiões autónomas. Aquilo que me transmitiram não tem nada que ver com aquilo que disse o Sr. Primeiro-Ministro. O que dizem é que a agenda de combate à pobreza e às desigualdades está mesmo numa gaveta e não está a ter a prioridade política que deveria ter da parte do Governo.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quero colocar-lhe uma última questão, que tem que ver com as pensões mais baixas. No dia 21 de outubro, nas Jornadas Parlamentares do PS, disse que o saldo da segurança social iria ser superior a 1000 milhões de euros em relação ao ano anterior.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é bom ou é mau?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O Governo tinha posto no Orçamento do Estado apenas mais 90 milhões de euros do que no ano anterior.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é bom ou é mau?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O que é certo é que, no debate parlamentar, o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças admitiram que, afinal, o saldo poderia ser superior a 400 milhões de euros. Pois, muito bem, com os resultados de novembro de 2025, verificamos que o saldo é superior a 1457 milhões de euros.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, isto mostra algo muito importante: os senhores quiseram esconder o saldo da segurança social para não aumentar as pensões mais baixas, como propôs o Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que o senhor recusou uma proposta sustentável, estruturada, para poder utilizar, a conta-gotas, um instrumento de atribuição de suplementos extraordinários para, com isso, utilizar este instrumento de forma eleitoralista. E nós estaremos sempre no combate e na denúncia dessa instrumentalização dos mais idosos para fins políticos e para fins eleitorais.

Aplausos do PS.

Risos de Deputados do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, este debate mostra tudo o que há de essencial: falta de sensibilidade da parte do Governo, falta de preparação para responder às necessidades das pessoas, incapacidade para responder às necessidades do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para interpelar o Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que recupere um tema que passou aqui um pouco ao de leve, que é o tema das presidenciais, não só porque estamos num momento crítico, mas também porque isto tem implicações sérias para o País.

O Sr. Primeiro-Ministro, por algumas das coisas que já aqui disse sobre esse tema, parece-me que está um pouco em negação, desde logo, porque fala do espaço político, mas há uma realidade que é incontornável: o espaço político do centro-direita não está representado numa segunda volta.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois é!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Isto é ainda mais crítico quando o Sr. Primeiro-Ministro, no primeiro dia da campanha, veio fazer um apelo ao voto útil, andou a fazer campanha por esse voto útil e depois, quando a realidade o ultrapassou, ignorou-a.

Portanto, gostava de lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, se já consegue explicar aos portugueses porque é que decidiu colocar os seus interesses partidários à frente dos interesses do País,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... levando a que não exista um candidato de centro-direita na segunda volta destas presidenciais.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, creio que este não é o fórum mais indicado para termos este debate.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em todo o caso, Sr.^a Deputada, não vou fugir à questão.

Não vou aqui reeditar a campanha eleitoral, nem vou aqui reeditar as opções que cada um tomou. Mas vou aqui registar o seguinte: se houve alguém que encarou as eleições presidenciais sob o ponto de vista do interesse partidário, com todo o respeito, foi a Sr.^a Deputada, porque deixou de ser candidata presidencial para assumir um cargo partidário.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Mariana Leitão, tem a palavra, para prosseguir as questões ao Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu deixei de ser candidata presidencial porque fiz uma opção...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Partidária!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... estratégica para defender o interesse do meu partido, que é também o interesse do País. Não traí o País deixando, como única escolha, aquilo que temos neste momento e que vai pôr em causa o futuro do País, quer o Sr. Primeiro-Ministro assim acredite ou não.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É que sabemos bem qual é que vai ser o resultado final e sabemos bem o quão mau será qualquer um dos cenários.

Sr. Primeiro-Ministro, há aqui outra questão que é muito importante. O Sr. Primeiro-Ministro diz que este não é o fórum, mas foi o Sr. Primeiro-Ministro que decidiu colocar todo o seu peso político, todo o peso político dos seus ministros, todo o peso político das estruturas partidárias do seu partido, o seu líder parlamentar, a sua bancada parlamentar, tudo em campanha a apoiar o candidato que ficou francamente derrotado nestas eleições.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Isso é democracia!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — A verdade é que essa sua decisão nem sequer teve adesão das suas estruturas partidárias, mas, pior ainda, nem sequer teve adesão do eleitorado do centro-direita.

Aplausos da IL.

Há aqui mais uma questão, Sr. Primeiro-Ministro. É que essa decisão não é neutra, não é só partidária. Ela tem consequências e vou-lhe dizer quais são: impede, no futuro, que se implementem as reformas de que o País precisa — e o Sr. Primeiro-Ministro sabe disso —, empobrece o debate democrático e, no fundo, coloca o País perante um quase abismo político. Esta é a realidade.

Há uma coisa que é inequívoca: é que estas eleições demonstraram que os portugueses querem mudança, querem uma agenda reformista, querem uma vida melhor. As eleições mostram isso. Mas o Sr. Primeiro-Ministro evita olhar para a realidade. Cada vez que vem a este Parlamento — como ainda agora acontece —, cada vez que faz um discurso público, cada vez que apresenta um *PowerPoint*, tenta vender aos portugueses a perceção de que vivemos num país das maravilhas. Mas os portugueses vivem no mundo real, vivem a falta de resposta do Governo, vivem a falta de resposta do Estado, vivem o agravamento dos problemas do País.

Bem sei que o Sr. Líder Parlamentar do Partido Social Democrata veio aqui dar um caso de sucesso, e fico muito contente com esse caso de sucesso. Mas vamos ser sérios! Essa não é a realidade do País, é apenas um caso de sucesso. E os outros todos? E os problemas que se continuam a agravar dia após dia?

Aplausos da IL.

Protestos do PSD.

É uma herança pesadíssima do Partido Socialista que não se consegue melhorar, é só problemas em cima de problemas. Os portugueses já não se deixam enganar, Sr. Primeiro-Ministro.

Há aqui mais uma questão essencial. Quando se tenta fazer alguma coisa neste Parlamento, quando se tentam apresentar as propostas que vão ao encontro da necessidade dos portugueses, que podem melhorar a vida dos portugueses, o que é que a bancada que apoia o Governo faz? O que é que o Governo dá indicações para fazer? «Rejeitem tudo!»

Vozes da IL: — É verdade!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sempre!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É o que têm feito em relação a todas as propostas que a Iniciativa Liberal tem aqui apresentado. Chumbam sistematicamente as possíveis reformas e também se inibem de as apresentar.

Falam de um caso de sucesso sobre habitação, quando ainda há bem pouco tempo os preços da habitação bateram todos os recordes do País, todos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é verdade!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, considerando que não faz reformas, não apoia reformas que outros partidos apresentam e, neste momento, corremos o risco de, mesmo que queiramos apresentar alguma coisa, isso poder vir a ser vetado, aquilo que na prática está a acontecer é que não é só a Iniciativa Liberal que o Sr. Primeiro-Ministro está a tentar boicotar — é o País! Esta é a realidade!

Os portugueses deram-lhe este aviso este fim de semana, porque os portugueses querem algo simples: um Governo que responda, um Governo que governe para o País e não para as suas estruturas partidárias. No fundo, querem um Governo responsável.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda vai a tempo de corrigir a atitude que tem tido nesta legislatura. Abandone a propaganda — foi só a isso que assistimos aqui hoje —, abandone a tática partidária e trabalhe em prol do País.

Foram oito anos de Governo socialista que mergulhou o Estado numa crise profunda.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

Todos sabemos o que é preciso fazer e, neste momento, o que falta é coragem para conseguir executar.

Espero mesmo que o Sr. Primeiro-Ministro, com o resultado desta eleição, já tenha percebido isto, porque, se não quer perceber, o que vai acontecer é que vai atirar o País para uma crise política de consequências imprevisíveis e, aí, já será tarde demais.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Primeiro-Ministro tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, com o devido respeito, tenho de lhe dizer que a Iniciativa Liberal, ainda não consegui compreender porquê, quis retirar-se da esfera dos partidos políticos que estão disponíveis para convergir com o Governo para encontrar soluções,...

Protestos da IL.

... para contribuir, para precisamente contrariar os oito anos de estagnação que tivemos de Governos socialistas.

Hoje, já ouvi aqui o Deputado Pedro Pinto dizer que não se importava de fazer um pacto com o diabo, que foi uma maneira indireta de dizer que fazia pactos com o diabo, mesmo que socialista. Não sei com quem é que a Iniciativa Liberal quer fazer pactos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Com os portugueses!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Francamente, admito que a Iniciativa Liberal possa manifestar, enfim, alguma discordância por nem todas as suas ideias serem aceites, serem introduzidas em algumas iniciativas legislativas...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nem uma no Orçamento do Estado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e até no Orçamento do Estado.

Agora, zero?! Ó Srs. Deputados, um Orçamento do Estado que diminui os impostos sobre o rendimento do trabalho,...

Vozes da IL: — Oh!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e um liberal está contra isto? Vota contra?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Trata-se de um Orçamento do Estado que tem, subjacente a si, uma estratégia de diminuição dos impostos sobre o rendimento das empresas, para lhes facultar maior capacidade de investimento e maior capacidade também de pagarem melhores salários. Um liberal que acredita na economia, que acredita na capacidade de iniciativa das empresas, está contra isto, Sr.^a Deputada?

Aplausos do PSD.

Trata-se de um Orçamento do Estado que tem uma linha, uma trave-mestra, que é a simplificação, a reforma do Estado, a criação de mecanismos de maior eficiência, de maior agilidade na Administração Pública.

Podemos não ir tão longe quanto o desejo da Iniciativa Liberal, vou conceder essa parte, mas a Iniciativa Liberal não vota a favor com essa anotação e nem sequer se abstém, dizendo: «Não foram tão longe quanto aquilo que nós queríamos.» Vota contra! Vota contra, ao lado da esquerda, da esquerda mais radical deste Parlamento, Sr.^a Deputada, ou da direita mais extremista deste Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a única direita deste Parlamento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É aí que a Iniciativa Liberal se coloca, Sr.^a Deputada! É aí que a Iniciativa Liberal se coloca!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Sr.^a Deputada e a Iniciativa Liberal, sinceramente, têm a oportunidade de ter um papel positivo neste ciclo governativo, que, já agora, não está em causa! Foi essa a intenção da sua participação na campanha presidencial? A Sr.^a Deputada quer, de alguma maneira, extrair agora considerações, consequências em termos de governação, de condições de governabilidade?

Ó Sr.^a Deputada, uma coisa é o Presidente do PSD ter as suas convicções, que, aliás, estavam bem firmes e eram bem conhecidas da Iniciativa Liberal, quando a Sr.^a Deputada decidiu ser candidata. Portanto, quando a Sr.^a Deputada decidiu deixar de ser candidata e quando um colega seu de partido decidiu ser candidato, já sabiam disso, não foi novidade para a Iniciativa Liberal.

Sr.^a Deputada, uma coisa é isso, outra coisa é um problema que está resolvido. Nós tivemos eleições em maio...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Pois foi!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e o povo pronunciou-se de forma muito clarividente. Repare: aumentou bem a representação dos partidos que estão sentados nesta bancada e aumentou um bocadinho, pouquinho, a representação da bancada da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Vocês também foi pouquinho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que nós estamos a crescer economicamente, nós estamos a aumentar o nível salarial, nós estamos a dar mais esperança aos jovens, uma preocupação sempre apresentada pela Iniciativa Liberal. No entanto, a Iniciativa Liberal não se coloca ao lado deste programa, que dá um regime fiscal que é o regime fiscal mais favorável do mundo! Escreva aí, Sr.^a Deputada, para não se esquecer de dizer aos jovens todos que encontrar, que o regime fiscal sobre os rendimentos do trabalho mais vantajoso do mundo é o de Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se tiver conhecimento de algum em que um jovem, no primeiro ano de trabalho, até aos 35 anos, pague 0 % de IRS, no segundo, no terceiro e no quarto pague 25 % sobre o seu rendimento, no quinto, no sexto e no sétimo pague 50 %, no oitavo, no nono e no décimo pague 75 %, se houver algum regime fiscal desta magnitude no mundo, repito, no mundo, traga-o, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Está bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E um liberal acha que isto é pouco!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É, sim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Um liberal, perante isenção de IMT e de imposto do selo na compra da primeira habitação, acha que isto é pouco?!

Ó Sr.^a Deputada, se tem vontade, venha; se não tem vontade, assumo-o.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados...

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, um aparte é um aparte, não é uma boca. Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Obrigada, Sr. Presidente. Eu não ouvi o que foi dito, mas tenho em consideração as suas palavras.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Mas eu ouvi, Sr.^a Deputada. Faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, caros concidadãos nas galerias, Sr. Primeiro-Ministro, disse que havia e que estão representados aqui três espaços políticos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Esqueceu-se do Livre!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Quem me dera que isso fosse assim! Quem me dera que o seu «não é não» fosse efetivamente verdadeiro e que houvesse três espaços políticos: a esquerda democrática, a direita democrática e a extrema-direita.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A extrema-direita? E a extrema-esquerda?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas a verdade é que não é isso que se tem visto nos últimos tempos, principalmente desde as novas eleições para a Assembleia da República e para o Governo, porque a forma como o Governo tem atuado, na verdade, demonstra que se tem deixado contaminar pela extrema-direita e há uma diluição naquela que devia ser uma divisão clara entre a direita democrática e a extrema-direita.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a extrema-esquerda?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, lamento muito que o Sr. Primeiro-Ministro não atue de acordo com essa visão que trouxe aqui dos três espaços em termos políticos.

Mas, na verdade, o que sai destas eleições presidenciais, para a segunda volta, não são três espaços políticos, são antes dois espaços políticos, que não são estes de que falávamos. São dois espaços políticos muito claros, em que estão em causa, de um lado, um democrata, alguém que respeita as instituições, e, do outro lado, um candidato que disse abertamente que quer acabar com o regime e que, aliás, é também aliado de Donald Trump.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o João Vieira!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, a minha pergunta é: como é que não se consegue posicionar face a esta decisão?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas a verdade é que isto tem sido uma constante, nós vemos também que o posicionamento a nível internacional tem sido muitas vezes inexistente. Quando, por exemplo, Donald

Trump disse que quer transformar a Faixa de Gaza num *resort* de luxo, Portugal foi muito pouco vocal, o Sr. Primeiro-Ministro, aliás, disse que não queria tomar posição.

Até quando lhe perguntei o que é que faríamos se, entretanto, Donald Trump decidisse que queria anexar os Açores, o Sr. Primeiro-Ministro bateu três vezes na madeira e disse-me: «Sr.^a Deputada, nem fale nisso, por favor!» Mas a verdade é que isso pode acontecer e só não acontece se Portugal for vocal nas suas posições, for vocal naquilo que defende.

E é isso que tem de ser feito, porque a ordem mundial está muito diferente do que era: há um desrespeito gigante pelas instituições, um desrespeito gigante pelas regras, um desrespeito gigante pelo direito internacional, e isso vindo da parte daqueles que antes eram considerados os nossos aliados. Portanto, a única forma de conseguirmos combater e de nos defendermos a nós próprios e defendermos os nossos concidadãos é sermos vocais naquilo em que acreditamos — no direito internacional e nos direitos humanos. E é isso que está aqui em causa.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, nós temos visto uma série de líderes mundiais a serem vocais. Ainda esta semana, o Primeiro-Ministro canadiano, o Primeiro-Ministro belga, foram vocais em relação à forma como a ordem mundial está a mudar e à necessidade de nós chamarmos as coisas pelos nomes, de dizermos que é inaceitável, dizermos que não negociamos, que não nos sentamos à mesa com autoritários, com imperialistas, mas, sim, que temos de buscar todas as alianças possíveis com os democratas, dentro do País e fora do País. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, é a sua responsabilidade. Peço que a assuma agora, a nível nacional e também a nível internacional.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, eu reitero aquilo que lhe disse, efetivamente, nós temos três grandes espaços políticos, evidentemente sem menosprezo pelo espaço individualmente considerado de cada partido e de cada força política, mas temos três espaços políticos nesta Casa: um espaço político na direita, um espaço político na esquerda e um espaço político central. É até, do ponto de vista visual, muito claro observar esse posicionamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É um espacinho pequenino!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E nós temos, nestes espaços políticos, muitas divergências, é verdade. E há muitas palavras que são ecoadas muitas vezes, de parte a parte, mas a verdade é que, em várias ocasiões, muitos dos protagonistas de afirmações sobre os seus antagonistas se esquecem, porque é preciso contribuir para aprovar determinadas coisas.

Eu registo as considerações que fez, nomeadamente sobre a extrema-direita deste Parlamento e a força política que o representa e o candidato presidencial que representa. Mas, quando foi preciso haver conjugação nesta Casa entre a esquerda e a direita para abolir portagens,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quando foi preciso haver conjugação para congelar propinas, quando foi preciso contrariar a política do Governo em sede de diminuição do IRS, e por aí fora, a esquerda não teve nenhum problema em contar com os votos da direita para promover aquilo que era o seu objetivo em termos de resultado. Portanto, para umas coisas serve, para outras coisas está fora.

É assim, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, nós temos, de facto, nesta altura, nestes três espaços, uma campanha cuja representação só tem dois deles; o nosso espaço ficou sem essa representação. Vamos votar? Vamos, seguramente que vamos votar, mas o nosso posicionamento em termos partidários é de não participar.

Também quero aqui, já agora, acrescentar, que não estou aqui na qualidade de Presidente do PSD, mas não vou fugir aos debates, creio que é uma questão também de respeito pelo debate político e democrático que tantas vezes é invocado. Eu, que tantas vezes, por alguns partidos representados nesta Câmara, fui criticado

por participar na campanha eleitoral, expressando a minha convicção, fui criticado por participar; agora, que decidi não participar, há muitos Deputados que querem que eu participe! Portanto, os mesmos que me criticavam por ter participado lá atrás, quando eu estava por convicção — quando eu estava por convicção! Portanto, Sr.^a Deputada, não tenho mais nada a acrescentar sobre isso.

Sobre o posicionamento do Governo português em matéria de política externa e em matéria de contribuição para a resolução de conflitos e tensões na cena internacional, Sr.^a Deputada, nós temos hoje diante de nós, de facto, grandes desafios. Grandes desafios que se colocam a Portugal do ponto de vista das relações bilaterais com vários Estados, Estados onde nós temos comunidades portuguesas, Estados com os quais temos relações económicas e comerciais. Temos desafios que se colocam do ponto de vista de relações multilaterais, em termos de organizações intimamente relacionadas com o nosso dia a dia, como é a União Europeia, e também relacionados com a nossa política de segurança e defesa, como é a NATO (North Atlantic Treaty Organization), ou com a ordem internacional como um todo, como é a Organização das Nações Unidas.

O que é que nós temos privilegiado? Uma conciliação e um equilíbrio de todos estes interesses, evidentemente não prescindindo dos princípios que são essenciais à manutenção de uma ordem internacional com regras, à manutenção do respeito pela soberania dos Estados, pela integralidade dos seus territórios. Foi isso que afirmámos em várias ocasiões, por exemplo no que diz respeito à Gronelândia, logo no dia 23 de dezembro, depois reiterado no dia 6 de janeiro, e é isso que eu conto fazer também amanhã, na reunião do Conselho Europeu, na reunião informal que teremos em Bruxelas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrelo): — Para uma interpelação ao Governo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, como é que se vai sentar amanhã na reunião do Conselho Europeu, com os seus parceiros, e explicar-lhes que entre um europeísta, um democrata, e um candidato que é, na prática, admirador e aliado de Trump, o Sr. Primeiro-Ministro não consegue decidir e não se sente representado?

Aplausos do L.

E que, na primeira volta, tinha um voto de convicção e que agora não tem um voto de convicção? Isso é completamente inaceitável e inimaginável. Portanto, pergunto-lhe como é que vai explicar isto aos seus parceiros europeus.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas tem de explicar?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — E também aos seus concidadãos, porque, na verdade, ainda ontem o Diretor da Polícia Judiciária veio dizer que os crimes de ódio tinham aumentado mais de sete vezes desde 2019 — curiosamente desde 2019 — e crimes de ódio graves, que põem em causa a vida de tantas pessoas.

Portanto, se não se consegue escolher entre um democrata e alguém que quer abertamente quebrar as regras e quebrar com o regime, está também a falhar aos nossos concidadãos e a contribuir para a promoção de uma cultura de ódio que tem consequências muito diretas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Joacine é que foi ódio e racismo!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, tenho uma última pergunta para lhe fazer relativamente ao pacote laboral, porque o pacote laboral é claramente não aceite pela nossa sociedade, há várias formas de contestação ao pacote laboral e hoje soubemos que o próprio Ministério que promove o pacote laboral não conhece as áreas que tutela. E esse é o caso, por exemplo, da anunciada saída do Governo da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, em que agora, de repente, o Governo descobriu que afinal a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) faz muito mais do que aquilo que o Governo

imaginava, que afinal há cooperativas que não são só do setor social, e que vai ter de repensar a maneira como apresentou as suas decisões. Que confiança é que podemos ter num Governo que apresenta um pacote laboral, num ministério que apresenta um pacote laboral quando nem sequer conhece o ministério que tutela?

Portanto, de arrogância estamos falados, Sr. Presidente.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, eu não terei nenhum problema em sentar-me amanhã à mesa do Conselho, onde todos os meus colegas têm um conhecimento cabal dos meus princípios e dos valores que defendo, e, já agora, onde também não terei nenhum problema porque não sou daqueles que é candidato ao que quer que seja e não me importo que votem noutro candidato nas mesmas eleições.

Aplausos do PSD.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Protestos do L.

Deixe-me dizer-lhe também, para ser rápido que, da parte do Governo e da minha parte, em particular, nós seremos sempre implacáveis com qualquer tendência, naturalmente, de cometimento de crimes de ódio e seremos sempre muito solidários com todas as investigações.

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos do L e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Isto está animado, isto está animado! Agora que se manifeste...

Continuação dos protestos do L e contraprotestos do CH.

Srs. Deputados, os Srs. Deputados estão muito animados, mas o vosso tempo já passou, o vosso grupo já passou.

Agora vamos mudar de grupo parlamentar, e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP, para uma interpelação ao Governo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, depois de dar a cara de forma legítima — não pomos isso em causa — por Marques Mendes, ficámos a saber que, para o Sr. Primeiro-Ministro, é-lhe completamente indiferente quem vai ser o futuro Presidente da República Portuguesa.

Nós percebemos a tática. Percebemos a tática: quer manter no PS uma reserva para quando for necessário acenar com a chantagem, o PS lhe dar a mão em questões estruturais, como fez no Orçamento do Estado deste ano; ao mesmo tempo, quer manter a continuidade do apoio do Chega naquilo que é decisivo para a sua própria governação, porque sabe que o Chega e André Ventura, o candidato André Ventura, nunca lhe faltarão.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Votos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Nunca lhe faltarão, nunca lhe faltará na descida do IRC; nunca lhe faltará para a revisão do fim da derrama estadual. Cá estará o Chega, depois das cambalhotas todas, para lhe dar a mão nos aspetos essenciais do pacote laboral, nunca lhe faltará ao desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde e à Lei de Bases que se quer alterar na saúde; nunca lhe faltará, como não faltou, no pacote da especulação que foi aqui apresentado como pacote fiscal da habitação pela voz do Sr. Ministro.

Ora, a pergunta que lhe faço é esta: podemos concluir, perante a sua opção, que pretende, acima de tudo, salvar a sua desastrosa política — na nossa opinião? É esta a conclusão que podemos tirar?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, reitero aquilo que já disse relativamente ao posicionamento do partido a que presido no que diz respeito às eleições presidenciais, e aproveito para dizer que sim, o Governo e o Primeiro-Ministro estão concentrados e focados na responsabilidade que têm diante de si. Já estariam, mesmo que o candidato que apoiaram estivesse na segunda volta, isso não muda por causa do resultado. Nós estamos concentrados em governar, estamos concentrados em executar o Programa do Governo.

O Sr. Deputado acha que as nossas políticas são desastrosas, nós achamos que as nossas políticas são virtuosas; nós temos tido muitas oportunidades de debater o conteúdo das políticas e o resultado das políticas e vamos continuar a ter.

Agora, Sr. Deputado, nós e eu próprio não estamos a fazer esta opção por nenhuma incidência, nem por nenhum elemento de natureza tática do ponto de vista do posicionamento do Governo face às demais forças políticas; nós estamos a fazê-lo em consequência da convicção a que aludiu. Nós participámos, enquanto estruturas partidárias, numa campanha eleitoral, tínhamos a convicção de que o candidato que apoiávamos era o candidato mais bem preparado para esta função e correspondia à representação do nosso espaço político, dos nossos princípios e dos nossos valores para o exercício da função. Cada um de nós faz, naturalmente, agora a avaliação daquelas que são as opções e exercerá o seu direito de voto. Os espaços políticos que estão em confrontação neste momento não são o nosso e esse é o nosso posicionamento.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Júlia Rodrigues** (PS): — Mas vocês são democratas!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem de novo a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu diria que se o posicionamento não é tático, ainda é mais grave. Isso é uma opção do Sr. Primeiro-Ministro, do seu Governo e do seu partido, naturalmente. Se não é tático, ainda é mais grave.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, nós estamos confrontados com a vida, a realidade: houve as eleições, a primeira volta, mas a vida continua tal qual como ela é. E nós estamos perante um brutal aumento do custo de vida, desde logo nos preços dos alimentos, no conjunto dos bens essenciais.

E a pergunta que eu lhe fazia é esta: se, num País de baixos salários — e nisso, estamos de acordo, certamente —, o Governo está ou não está disponível para acompanhar iniciativas que deem um sinal no que diz respeito à descida do IVA (imposto sobre o valor acrescentado), naquilo onde é fundamental o IVA descer — eletricidade, gás e comunicações? E se está ou não está, o Governo e o seu partido, disponível para nos acompanhar sexta-feira numa proposta simbólica, mas de grande importância, que é a fixação da botija do gás para 20 €?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, nós temos uma política fiscal que é conhecida, tem vindo a ser implementada e que conjuga, efetivamente, uma baixa progressiva dos impostos sobre o rendimento do trabalho. É a nossa opção.

Não vamos entrar aqui agora do ponto de vista do Governo — evidentemente, no caso concreto, através dos grupos parlamentares que o suportam, que é quem participará nesses debates — num leilão fiscal, para, de forma desligada e desconexa, andar a intervir isoladamente em cada um dos impostos, mas respeitaremos e faremos a nossa análise sobre todas as propostas da oposição.

Como sabe, temos preconizado que a política fiscal deve ser discutida e decidida fora dos Orçamentos do Estado, portanto, longe das implicações financeiras, apesar de elas terem de ser tomadas em linha de conta, e o que lhe posso dizer é que como consequência da baixa do IRS, que já ocorreu quatro vezes desde que assumimos funções, e como consequência do aumento dos salários, Portugal foi, em 2024, o país da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) onde os trabalhadores mais viram o seu rendimento subir.

Não sou indiferente às dificuldades que muitas famílias e trabalhadores têm para suportar os seus encargos diários e mensais. Sabemos que o incremento dos salários, do ponto de vista global, esteve acima das taxas de inflação de 2024 e de 2025, mas queremos mais.

Por isso, queremos transformar mais, queremos reformar mais, queremos tornar a nossa economia mais competitiva, mais produtiva, para podermos continuar a aumentar salários e continuar a baixar os impostos sobre o rendimento do trabalho.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, ninguém estava aqui a lançar um leilão fiscal; eu estava a falar-lhe de três bens essenciais que pesam na vida de toda a gente todos os dias, e cada vez mais. Era disso que eu estava a falar: da redução do IVA na eletricidade, no gás e nas telecomunicações, que são, hoje, bens essenciais; não estava a falar de nenhum leilão fiscal.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, sobre os compromissos, temo-los debatido aqui várias vezes e eu tenho-o dito várias vezes, sabemos bem que os compromissos que o Governo tem são de fundo e estruturantes, desde logo no desmantelar do Serviço Nacional de Saúde, com mais urgências fechadas em mais um fim de semana, com mais problemas... Aliás, já não bastava a falta de profissionais e agora o Governo decide que não há ingresso de mais profissionais para resolver os problemas.

O Sr. Primeiro-Ministro vai dizendo que não pensa em retirar o seu pacote laboral, diz que não desiste do seu projeto — de mais precariedade, de mais desregulação dos horários, dos despedimentos sem justa causa, de mais contratos a prazo, de mais falsos recibos verdes —, mas, perante a força e a determinação dos trabalhadores que se exerceu de forma clara, evidente e expressiva na greve geral, o Sr. Primeiro-Ministro procura agora ganhar tempo, e faz bem, ao contrário da Sr.^a Ministra, que é contra tudo e contra todos e que quer impor este pacote laboral.

Eu já lhe tinha dito e sugiro-lhe, novamente, atrevo-me a fazê-lo, se o Sr. Primeiro-Ministro me permite: não insista! Olhe para a realidade!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — A realidade é que tiveram o pior resultado eleitoral de sempre!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O seu pacote laboral, do PSD, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal, está rejeitado e vai ser retirado mais cedo ou mais tarde. Aproveite esta oportunidade para impor o pacote que se impõe: salários, dignidade, respeito, horários, tempo para viver. Está aberta esta oportunidade.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, muito rapidamente, não quero deixar de lhe dizer que relativamente à eletricidade e às botijas de gás, como sabe, há a tarifa social e há, para aqueles que têm a tarifa social, no caso da botija de gás uma ajuda de 15 €.

No caso do pacote laboral, nós estamos, efetivamente, num diálogo com os parceiros sociais, em particular com as confederações sindicais, e, em respeito por esse diálogo, vamos aguardar as conclusões desse diálogo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tenho para mim que os debates quinzenais com o Primeiro-Ministro não são para comentar eleições presidenciais...

Risos de Deputados do CH.

... mas sendo, há factos que faltam neste debate.

Primeiro, o candidato socialista que ganhou a primeira volta foi humilhado durante anos pelo PS...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e, em particular, por muitos Deputados socialistas que ainda hoje estão nessa bancada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não obstante, o PS tenta convencer o País de que teve uma vitória estrondosa na primeira volta. Não teve, Srs. Deputados! O PS não esteve no boletim de voto e o PS não ganhou rigorosamente nada!

Protestos do PS.

Tudo o resto é pura hipocrisia e puro oportunismo político do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então, vais votar no Seguro?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Segundo, oiço para aí dizer que a segunda volta das eleições presidenciais vai ser disputada entre um candidato democrata e um candidato antidemocrata.

Vozes do PS: — E não é?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, qualquer candidato que receba o voto popular e que ganhe eleições tem legitimidade democrática,...

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... quer seja de esquerda, quer seja de direita.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do PS e do L.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Porque o PS e a esquerda não são donos da democracia.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PS e a esquerda não mandam na democracia portuguesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — São os portugueses e só os portugueses que decidem. Por isso, nós não aceitamos lições de democracia, muito menos vindas do PS.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do PS.

Pergunto: desde quando é que os portugueses que se abstiverem ou que, por mera hipótese, votarem no outro candidato são menos democratas que os demais?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, era só o que faltava, que o único voto legítimo e democrático fosse o voto no candidato do Partido Socialista!

Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do CH.

E, já agora, o Chega também não ganhou as eleições presidenciais. Não só porque o candidato apoiado pelo Chega ficou apenas em segundo lugar, como bastará que o símbolo da AD volte novamente aos boletins de voto para o Chega regressar ao seu devido lugar na direita portuguesa.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

Protestos do CH.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, vamos ao que interessa neste debate, que é a governação do País.

Ontem foram assinados quatro contratos de investimento entre o Estado e as empresas no valor de mais de 3,5 mil milhões de euros, que vão gerar mais de 2300 postos de trabalho no País inteiro.

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: este recorde de investimento estrangeiro teria sido possível sem a redução do IRC, sem as alterações previstas à lei laboral e sem o combate à burocracia?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, deixe-me dizer-lhe que, aproveitando as observações que fez inicialmente — e não tive a ocasião de o dizer há pouco —, em muitas ocasiões no

debate político se tem dito que o Governo vai atrás da direita, vai atrás da agenda da direita, vai atrás do extremismo.

O Governo não vai atrás de ninguém, o Governo está a cumprir o seu programa. Mesmo em matérias onde no Parlamento há um voto coincidente dos partidos que suportam o Governo e do partido mais à direita do Parlamento, nós estamos a cumprir o que estava no nosso programa eleitoral e o que está no Programa do Governo, por convicção.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Estranho tem sido, Sr. Deputado Paulo Nuncio, quando essa convergência e esse consórcio é estabelecido à boleia dos dois hemisférios antagónicos neste Parlamento: o hemisfério da esquerda, da esquerda mais radical, com o hemisfério da direita, da direita mais radical, Sr. Deputado. Isso é que é estranho, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nessa ocasião em que esses entendimentos se alcançam, esses entendimentos estranhos, aí, quando é preciso o voto, não há manifestações de incomodidade, aí, nesses dias, não há manifestações de incomodidade, mas isso diz bem sobre as convicções.

Mas nós estamos sempre do lado das nossas convicções. Evidentemente que, com a configuração que há neste Parlamento, em muitas ocasiões, temos de dialogar para poder aprovar os instrumentos legislativos que visam transformar o País para o colocar com níveis de competitividade mais elevados, que são depois aqueles que dão a segurança e a confiança para rubricarmos, como rubricámos ontem, mais de 3000 milhões de euros de investimento.

As razões pelas quais estes investidores escolhem Portugal serão muitas e algumas radicam nas condições que há vários anos são oferecidas por nós, enquanto povo, enquanto País, e que têm até a ver com a nossa localização, com a segurança do País e com alguns fatores de competitividade.

Agora, Sr. Deputado, não tenha dúvidas: basta falar com os promotores, com os empresários e também com os trabalhadores, com os quadros que vêm para Portugal, para se perceber que a política fiscal, que o compromisso com a simplificação, com a reforma do Estado, o compromisso com as condições de dar maior flexibilidade ao mercado laboral, tudo isso são fatores de atração de investimento que geram, depois, oportunidades de emprego.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, na passada sexta-feira, a Comissão Europeia aprovou o Plano Nacional de Defesa do Governo, no valor de 5,8 mil milhões de euros.

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: é ou não verdade que Portugal foi particularmente competente neste processo, tendo sido um dos primeiros Estados-Membros a apresentar o programa e, por isso, tendo sido um dos primeiros Estados-Membros a ver o seu programa validado?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, é verdade que tivemos mesmo de ser rápidos, quer a apresentar o programa, quer, depois, a fazê-lo tramitar junto das instâncias europeias.

Mas quero aproveitar a sua questão para, concordando com o sentido dessa urgência, manifestar a nossa disponibilidade total, desde o início para envolver o Parlamento, em particular os dois partidos com maior representação parlamentar na oposição, para estarem informados e, agora, para criarmos um mecanismo

transparente para monitorizar a aplicação e a execução deste programa, para que não sobrem dúvidas de que as decisões que tomamos são, do ponto de vista estratégico e também do ponto de vista procedimental, as que interessam verdadeiramente aos portugueses e que acautelam e salvaguardam a boa gestão dos dinheiros públicos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pediu a palavra para que feito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Vozes do CH: — Oh...!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É para apelar aos seus bons ofícios para distribuir uma...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A interpelação à Mesa é sobre?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para pedir os seus bons ofícios para distribuir uma notícia que diz respeito a um evento pouco feliz e para garantir a V. Ex.^a que o Partido Socialista está disponível para entregar a fotografia do Professor Freitas do Amaral que o CDS entregou no Largo do Rato.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas o CDS já a entregou há um ano! Podem ficar com ela!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para interpelar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Fernão de Magalhães foi um grande otimista da História.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Saiu do estreito, viu águas calmas, batizou-as de Pacífico. Foi um dos seus maiores erros. Achava que a Ásia era ali ao lado e acabou 98 dias numa viagem interminável que lhe ia custando quase toda a tripulação. Magalhães teve um erro de perceção, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro, muito recentemente, cometeu um erro similar ao de Fernão de Magalhães, não numa circum-navegação, mas pelo otimismo problemático que o leva a entender que os problemas no SNS são matéria de perceção e não de realidade. Isso é um problema mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, de quem navega à margem da realidade, porque perceções é o que podemos ter no Museu de Arte Moderna e é bastante normal que as tenhamos; no SNS temos a dureza dos factos com que os utentes se confrontam todos os dias: urgências fechadas, listas de espera intermináveis, falta de médicos de família, ambulâncias que não chegam a tempo, profissionais de saúde exaustos, medicamentos caros.

Sr. Primeiro-Ministro, perceberá que Magalhães não tinha todos os elementos — faltava-lhe território nos mapas; o Sr. Primeiro-Ministro tem todos os dados na mão.

Por isso, pergunto-lhe: está, finalmente, disponível para abandonar um plano que mete água todos os dias, para mudar de rota, deixar para lá a Sr.^a Ministra da Saúde e garantir, de uma vez por todas, que os portugueses têm saúde a tempo e horas?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, apesar de todas as vicissitudes, não seria mau se o registo da História pusesse este período ao nível daquele que foi realizado por Fernão de Magalhães.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por acaso, agora que fala nisso...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, deixe-me dizer-lhe que, em matéria de otimismo, o Sr. Deputado vai mais longe do que eu, portanto.

O Sr. Deputado caiu na tentação de desvirtuar aquilo que ainda ninguém tinha feito neste debate. Eu nunca disse que os problemas no SNS eram uma perceção. O que eu disse foi que, a partir dos problemas que existem no SNS, se quer criar a perceção de que todo o SNS são problemas e, portanto, há uma perceção de caos generalizado no SNS, e não é verdade, Sr. Deputado.

Há, efetivamente, problemas, mas há muita coisa que funciona bem.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

Já tive ocasião de dizer, Sr. Deputado, que estamos ainda com muitas necessidades e estamos ainda com muitos problemas por ultrapassar, mas estamos com um tempo de resposta muito melhor do que estávamos há um ano. Estamos, efetivamente, a conseguir resolver muitos dos constrangimentos que tínhamos.

Há pouco já mencionei as consultas, já mencionei os atendimentos nos serviços de urgência, já mencionei também os tempos de espera, mas posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que, em 2023, a linha SNS 24 atendeu 1 milhão e 800 mil chamadas. Sabe quantas atendeu em 2025? 5 milhões e 800 mil. Já tinha, em 2024, atendido 3 milhões e 500 mil chamadas. Ou seja, de 2023 para 2024, aumentou 87 %; de 2024 para 2025, aumentou mais 65 %.

Sr. Deputado, é com realizações destas que estamos, na posse dos elementos, com a nossa navegação bem certa, a obter resultados.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra para fazer perguntas.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, navegar à vista também é uma forma de navegação, e é isso que o Primeiro-Ministro faz na área da saúde, e devia inverter a rota.

Queria deixar-lhe uma outra pergunta. A Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social disse esta manhã que o pacote laboral avançará, independentemente do que aconteça na concertação social. Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se o seu problema em tomar uma posição na segunda volta entre um democrata e um autoritário é porque está à espera dos votos do Chega para aqui, no Parlamento, impor o pacote laboral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate palmas ao Fabian. Quando era a Mariana, batiam!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para fazer perguntas.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, restantes membros do Governo, os Sr. Primeiro-Ministro tem andado, nestas últimas semanas, a navegar um pouco naquilo que é a neutralidade em relação às presidenciais.

Mas neutralidade, quando estamos a falar entre escolher um candidato que neste momento representa os três Salazares, a política do populismo e da degradação das instituições e,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... numa segunda volta, um candidato que até pode garantir uma estabilidade, com todas as virtudes e todos os defeitos que qualquer um de nós em política tem, que personifica aquilo que é, efetivamente, garantir a estabilidade democrática, o respeito pelas instituições e até mesmo a própria estabilidade governativa, não vejo bem onde é que está a dúvida, Sr. Primeiro-Ministro.

Por isso mesmo, peço-lhe que, a bem do País, saia um pouco dessa capa da neutralidade para que o «não é não», que em tempos era mais definitivo, não passe agora para um «talvez».

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Até porque o próprio Chega trouxe este assunto logo na sua intervenção,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... recordo que, em relação às presidenciais, o Chega, com dois Deputados pelo círculo da emigração, não apresentou uma única proposta para alterar a lei eleitoral das presidenciais,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O quê?! É mentira! É falso!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... mas há uma proposta em curso apresentada pelo PAN e, por isso, convido o Sr. Primeiro-Ministro e também as bancadas que suportam o Governo a viabilizar esta iniciativa.

Quanto àquilo que diz respeito às políticas que interessam ao País, porque os portugueses lá em casa certamente não querem um debate em torno das presidenciais, queria falar-lhe noutra neutralidade, a neutralidade climática,...

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e citava, com todo o respeito, aquilo que são palavras suas.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Há dois meses, na COP30 (Nations Climate Change Conference of the Parties), o Sr. Primeiro-Ministro afirmava que «tudo aquilo que fizermos a favor da preservação da biodiversidade, dos ecossistemas, do equilíbrio ambiental, seja em que parte do planeta for, terá repercussão nas nossas vidas».

Pegando nas suas próprias palavras, queria colocar-lhe duas questões muito simples. A primeira é em relação à Lei de Bases do Clima. Um dos parceiros tímidos do Governo, a Iniciativa Liberal, apresentou uma proposta para dismantelar esta lei, e eu conto com o PSD e com o Sr. Primeiro-Ministro para travar esse desvario e esse negacionismo climático, porque a Lei de Bases do Clima existe também graças ao PSD, que a viabilizou neste Parlamento.

Depois, em relação à central Sophia, que é tudo menos aquilo que é a política verde, que palavra é que tem a dizer à Beira Baixa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nenhuma!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... estando, neste momento, um projeto em avaliação na APA (Agência Portuguesa do Ambiente)...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não ouviste o que disse há bocado!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quero começar por registar que estes debates têm, de facto, uma particularidade: ao longo do debate, normalmente, sou acusado de uma coisa e do seu contrário, e foi exatamente aquilo que aconteceu.

Já fui acusado de ter participado excessivamente na primeira volta da campanha eleitoral, a Sr.^a Deputada acabou de dizer que, nas últimas semanas, tenho sido muito neutral.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Antes era porque participava na campanha! A crítica era ao contrário.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pronto, reitero aquilo que disse. Nas últimas semanas, assumi, enquanto Presidente do PSD, a minha posição de convicção relativamente à eleição presidencial, que não era, de resto, novidade, era já uma expressão de muito tempo.

Enquanto Governo, já agora, também para que isto fique claro, aceitei e aceito por princípio democrático... Já estive neste Parlamento muitos anos e já interpelei muitos primeiros-ministros, e todos eles, quando não queriam responder a questões de natureza partidária, enfim, diziam: «Eu estou aqui, mas estou aqui como Primeiro-Ministro e, portanto, se é uma questão partidária eu não respondo.»

Dizia eu que, por princípio democrático, não me tenho eximido, por respeito ao Parlamento e ao debate político e democrático, a dar a minha opinião, porque eu não deixo de ser Presidente do PSD. Portanto, há uma relação que é direta, e é nesse sentido que tenho respondido.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

Relativamente ao voto dos emigrantes, creio que há um trabalho a fazer-se do ponto de vista legislativo, no Parlamento, do ponto de vista procedimental, da parte do Governo, e nós estamos, naturalmente, disponíveis para cumprir a nossa responsabilidade.

Relativamente à questão que coloca sobre a Lei de Bases do Clima, confesso que não conheço a iniciativa da Iniciativa Liberal e, portanto, é uma questão de tomar conhecimento e de lhe responder depois.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas é boa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós, de facto, estivemos na base da Lei de Bases do Clima e, portanto, não há nenhum problema em poder revisitá-la eventualmente, não sei qual é o conteúdo dessa proposta.

Relativamente à questão da central Sophia, a informação que tenho é de que ela mereceu um parecer negativo da Agência Portuguesa do Ambiente e, portanto, neste momento, terá de ser reapresentado com outra formulação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para formular perguntas.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, restantes membros do Governo, hoje falamos de política nacional, mas importa dizer que, muitas das vezes, essa política continua a ser pensada longe dos pequenos centros e, pior ainda, distante e sem contar com as regiões autónomas.

Protestos do Deputado do CH Francisco Gomes.

A nossa Constituição consagra a autonomia política, administrativa e financeira da Madeira e dos Açores, mas a autonomia não se exerce por decreto, exerce-se por respeito institucional, com instrumentos adequados e, acima de tudo, por respeito pela nossa Constituição da República.

E é aqui que falamos de coesão territorial e de mobilidade aérea, um dos maiores fatores de desigualdade entre cidadãos portugueses. As suas últimas declarações, Sr. Primeiro-Ministro, há 15 dias, foram muito infelizes. Os portugueses residentes nas ilhas ficaram com a clara noção de que o seu Governo não tem a mínima perceção dos constrangimentos de serem ilhéus e das dificuldades que têm para circular no seu próprio País.

Deixo-lhe uma pergunta muito direta, Sr. Primeiro-Ministro: como vai o Governo assumir, de uma vez por todas, que a mobilidade aérea é um serviço público essencial, um direito constitucional, tratado como tal, ou vai continuar a empurrar os custos de insularidade para os portugueses residentes nas ilhas?

E não menos importante, porque falar de autonomia também é falar das finanças das regiões autónomas, gostaria de saber em que ponto está o processo de revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, um instrumento fundamental para reforçar a autonomia financeira e garantir justiça e responsabilidade.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Por último, por que razão esse processo continua arrastado, sem calendário claro e sem resultados concretos, quando todos sabemos que sem finanças regionais não há a verdadeira autonomia?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, não sei como é que os madeirenses, os porto-santenses e os açorianos encararam as palavras que aqui deixei no último debate quinzenal.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Mal!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Mal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado tem o seu prisma, os outros Deputados têm o seu prisma, eu prezo por ser leal, frontal.

Sr. Deputado, desde que chegámos ao Governo, introduzimos alterações no regime de mobilidade, que têm favorecido, é inequívoco, o acesso, a aplicação e o âmbito de aplicação do subsídio social de mobilidade, não só no sentido de harmonizar os regimes, no sentido de aumentar a ajuda, que o mesmo é dizer diminuir o preço das tarifas, mas também, Sr. Deputado, agilizando os procedimentos, tornando-os menos burocráticos, não obrigando as pessoas à deslocação, nomeadamente aos Correios, para reaverem parte do bilhete que pagam e, precisamente, para poderem antecipar o seu reembolso.

É isso que estamos a fazer com a plataforma e é isso que, neste momento, está suspenso para podermos, com os governos regionais, encontrar a melhor solução.

Suspeito que o Sr. Deputado se queria referir à questão da aplicação, ou não, de uma restrição de acesso em função da existência, ou não, de dívidas fiscais, e eu defendi aqui um princípio, e é um princípio que me parece que devemos aplicar a todas as ajudas que damos aos cidadãos e que implicam também que os cidadãos estejam, naturalmente, numa relação de cumprimento com a administração.

Sr. Deputado, sobre a lei das finanças regionais, também já temos respondido sobre isso. Estamos a trabalhar e estamos a trabalhar já diretamente com elementos do Governo da República, os elementos dos governos regionais, para acelerar o processo.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Francisco César.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos, assim, ao fim dos nossos trabalhos de hoje. Agradeço ao Governo a sua presença, sendo que a partir de agora está dispensado por hoje.

A Assembleia volta a reunir amanhã, quinta-feira, 22 de janeiro, pelas 15 horas, e tem na ordem do dia dois pontos. O primeiro diz respeito à Proposta de Lei n.º 44/XVII/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à alteração ao Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento, que é acompanhada do Projeto de Lei n.º 374/XVII/1.^a (BE) — Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco ou na aquisição de participações sociais.

O segundo ponto da ordem do dia constará do debate setorial com a Sr.^a Ministra da Administração Interna. Estão encerrados os trabalhos. Muito boa tarde, Srs. Deputados, e até amanhã.

Eram 17 horas e 18 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.